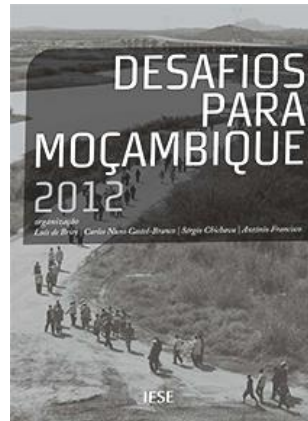


Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio



Moçambique é *Maningue* Nice...
ou *Maningue* Nasty?

António Francisco^(*)

Nampula, 2 de Novembro de 2012

(*) Director de Investigação (GdI) "Pobreza e Protecção Social" (PPS) do IESE; antonio.francisco@iese.ac.mz.

Índice

Índice (2)

Nota Inicial (3)

Introdução: Qual é o Problema? (4-8)

PARTE I: Privilegiados da Longevidade, Vítimas da Estagnação (9-15)

PARTE II: Protecção Social: Assistencialista versus Estruturante (16-32)

PARTE III: É Possível uma Pensão Universal para Idosos? (33-43)

PARTE IV: Que Alternativa? Pensão Universal com Valor Mínimo, não Minúsculo (44-53)

PARTE V: Envelhecimento Populacional, Natureza do Estado e da Economia (54-60)

PARTE VI: Implicações e Conclusões (61-66)

Principais Referências (67-69)

Nota Inicial

- Esta apresentação baseia-se no artigo de Sugahara e Francisco (2012, p. 295-331), “**Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio**”, um dos artigos do livro do IESE ***Desafios para Moçambique 2012***.
- Tomando com foco principal o artigo do livro, sobre a questão do envelhecimento populacional e dos idosos em Moçambique, a apresentação estabelece ligações com a natureza do actual Estado Moçambicano e suas políticas públicas, um assunto abordado pelo Francisco (2012, p. 259-294), num artigo individual incluído no mesmo livro: “**Política Pública e Intervencionismo: Porque Existe o PARP em Moçambique?**”. Ao ligar os dois artigos uma questão específica respondida ao longo da apresentação é a seguinte: “**É possível envelhecer com qualidade de vida num Estado Falido mas não Falhado?**”.
- Na apresentação partilha-se ainda alguns novos desenvolvimentos da pesquisa, posteriores à elaboração dos dois artigos do livro, parte dos quais foram divulgados em duas conferências internacionais: a III Conferência do IESE, realizada em Maputo de 4 a 5 de Setembro; e a 1st IAGG Africa Region Conference on Gerontology and Geriatrics, realizada no Cabo de 17 a 20 de Outubro de 2012. Em ambas conferências Francisco & Sugahara defenderam a necessidade, pertinência, viabilidade e sustentabilidade de uma pensão universal, mas que seja uma pensão com valor monetário mínimo, em vez do tipo de pensão atribuída actualmente: minúscula, discriminatória, caritativa, empobrecedora e humilhante.

Introdução

Qual é o Problema?

É POSSÍVEL ENVELHECER COM
QUALIDADE DE VIDA NUM PAÍS
FALIDO MAS NÃO FALHADO?

Moçambique é *Maningue* Nice... Nice or Nasty?

O Moçambique Maningue Nice – Moçambique é um dos países da África Austral mais dotados de recursos naturais, com uma localização geográfica privilegiada e, pelo menos nas últimas duas décadas, taxas de crescimento económico elevadas e relativa estabilidade social e política. Esta imagem positiva e promissora contrasta com uma outra imagem, igualmente verdadeira, mas muito diferente.

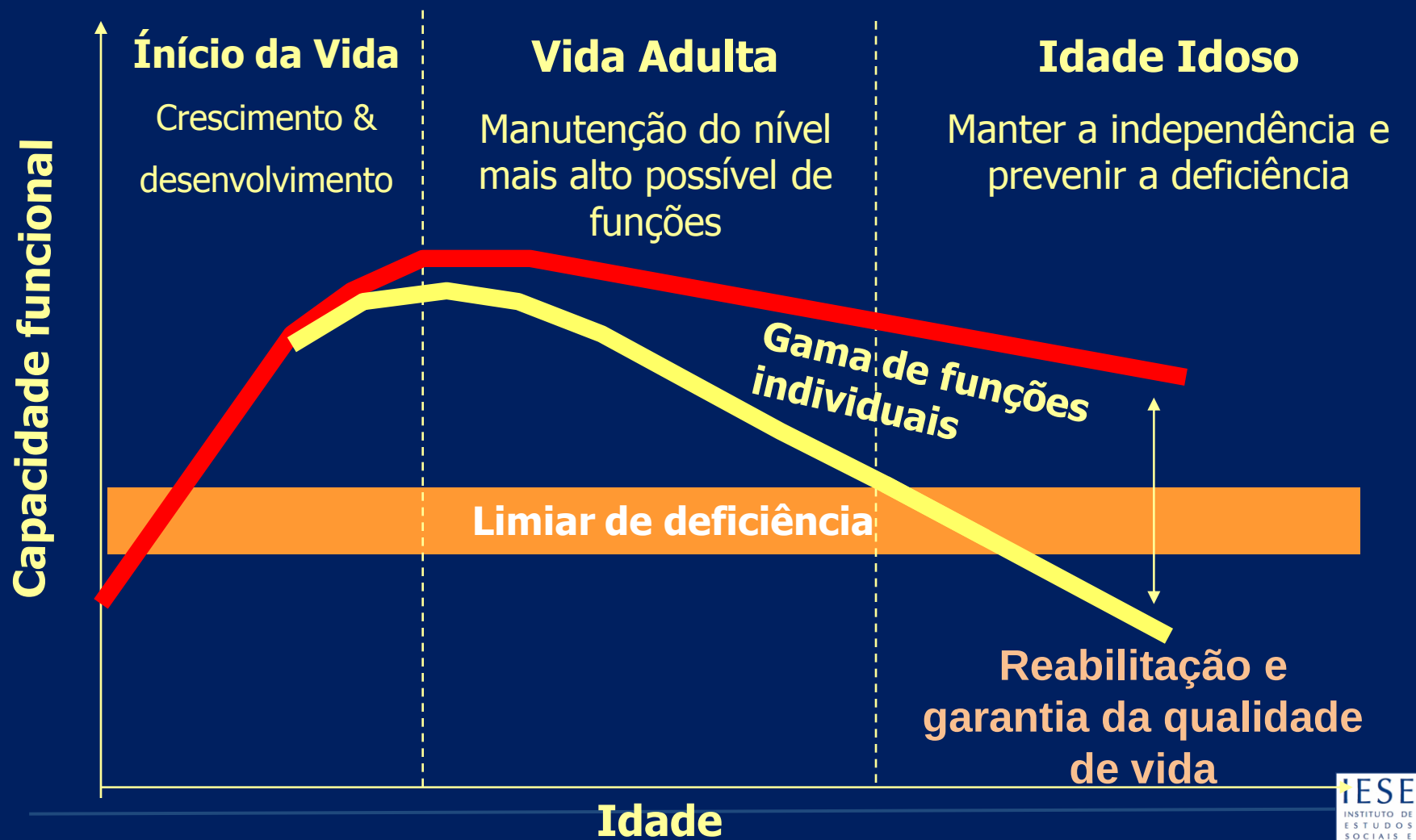
O Moçambique Maningue Nasty - Um país com a maioria da sua população vivendo na pobreza; na verdade, vivendo miseravelmente, dependente de uma economia de subsistência e incapaz de se livrar sozinha da estagnação económica e social em que está mergulhada. Uma estagnação profunda, em múltiplos domínios institucionais, abrangendo a maioria da população. Mas um dos exemplos mais reveladores da qualidade de uma sociedade pode ser observado pela forma como a sua população e instituições lidam com os idosos.

O Moçambique dos idosos é **Maningue Nice... ou Nasty?**

Grande Aspiração Humana Individual

- Viver uma vida cada vez mais longa; **envelhecer com dignidade**, segurança e qualidade de vida.
- **Alternativamente, duas opções:**
 - Envelhecer na miséria, precariedade e humilhação, ou
 - Morrer prematuramente
- Os autores deste trabalho têm defendido a necessidade e pertinência da inclusão da questão do envelhecimento populacional na **agenda dos principais desafios do desenvolvimento** de Moçambique (Sugahara & Francisco 2011, 2012).

Por um Envelhecimento Activo no Ciclo da Vida



Qual é o Problema?

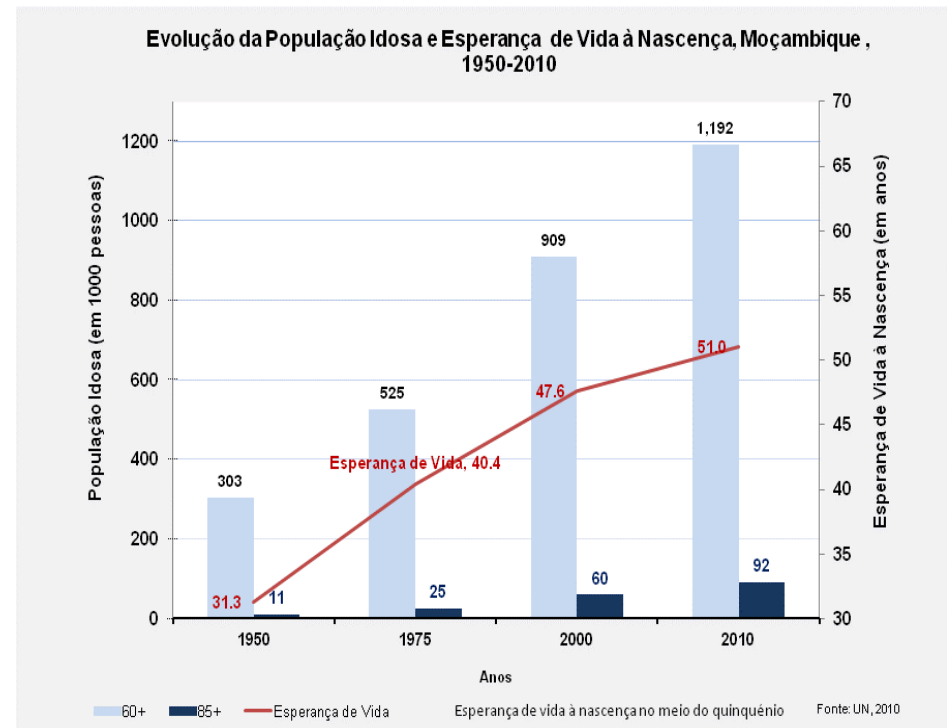
Os Idosos são os privilegiados da longevidade, vencedores de uma vida longa; mas em Moçambique, exceptuando uma pequena minoria, os privilégios foram convertidos em vulneráveis, vítimas da estagnação económica em que estão mergulhados.

Parte I:

Privilegiados da Longevidade, Vítimas da Estagnação

Ruptura Intergeracional: Efectivo de Idosos Crescente e uma Pensão Minúscula

- Para 2012, o Sector de Bem-Estar social de Moçambique aloca cerca de 1.765 milhões de MT (EUA \$ 65 milhões), que é de **1,1% do Orçamento do Estado (OE)**, ou **0,4% do PIB nominal para 2012**.
- O orçamento para os programas de protecção social (PSSB, PASD e PSSAS) é 1,006 milhões de MT (EUA \$ 37 milhões), que é de **0,6% do OE ou 0,2% do PIB nominal para 2012**.
- O Programa de Subsídio Social Básica (PSSB), destinado a famílias em que nenhum membro tem a capacidade de trabalhar, desde que no período 2008-2011 uma transferência monetária mensal de 130 Mts (**EUA US \$ 5**); em 2011 cobriu cerca de 250 mil membros da família, incluindo as crianças que vivem com pessoas idosas (FDC e UNICEF, 2011).

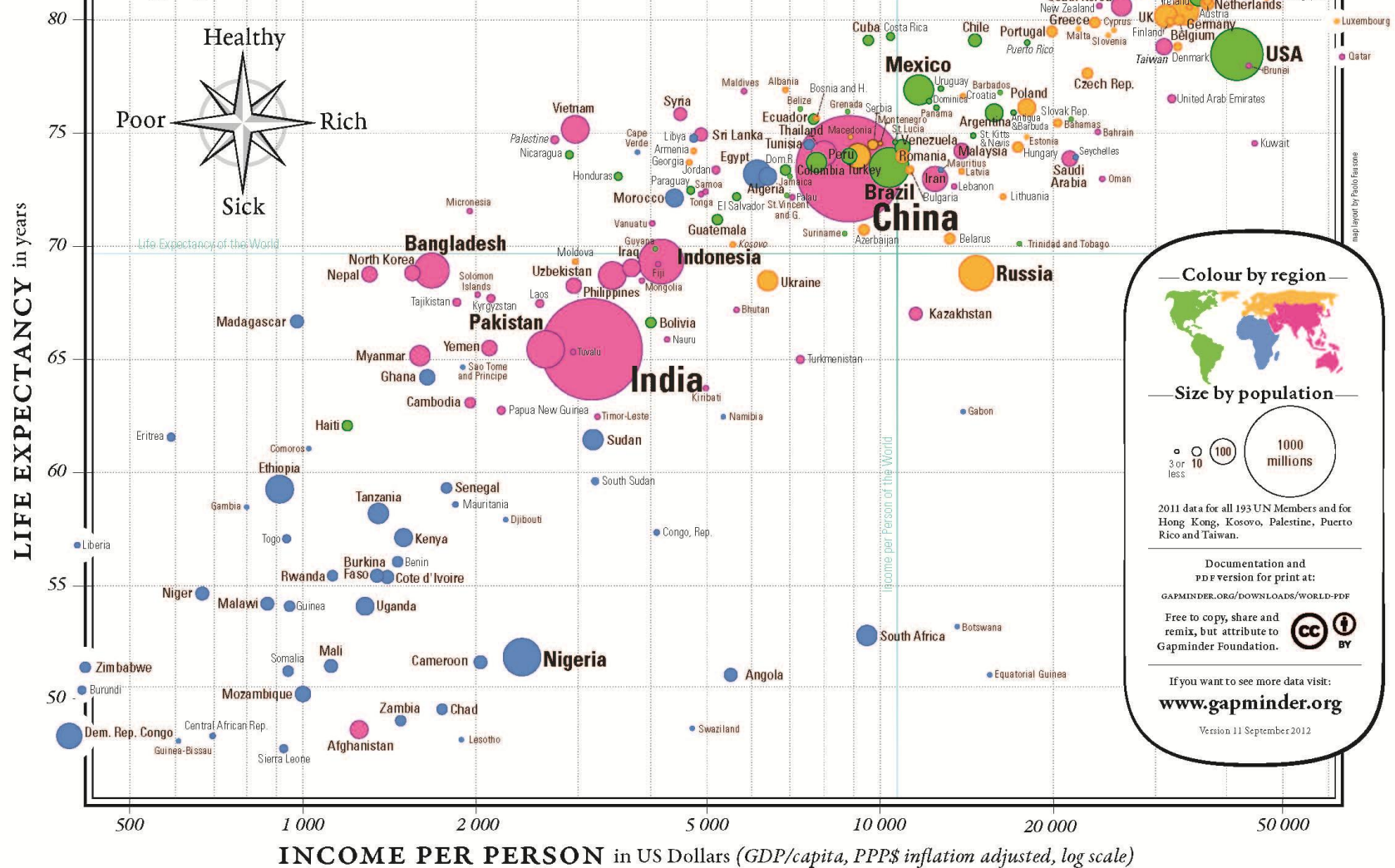


“**Uma pensão insultuosa** ...Relativamente a pensão, o Governo moçambicano tem atribuído às pessoas da terceira idade 120 meticais mensais.”

Ou seja, cerca de **US\$ 4 mensais**. [@Verdade, 01 Outubro 2012](#)

GAPMINDER WORLD 2012

Mapping the Wealth and Health of Nations



Desde que Moçambique Nasceu... Quando Foi?



- Quando é que Moçambique nasceu com a configuração que tem hoje?
- Comemoramos o dia do nascimento das Cidades, mas não do nascimento do País. Se o fizessemos, conheceríamos melhor a nossa longa história.
- Qual o tamanho da população há 120 anos?
- Qual o impacto do Estado moderno na ruptura com a estagnação?
- Início da queda da mortalidade na 1a metade do Século XX

Moçambique no Mundo: Criar e Repartir Riqueza

**Mudanças em
200 anos, 200 países
em 4 minutos
(Gapminder)**

**O que vemos e
podemos deduzir
da fotografia
e
simulação Gapmider?**

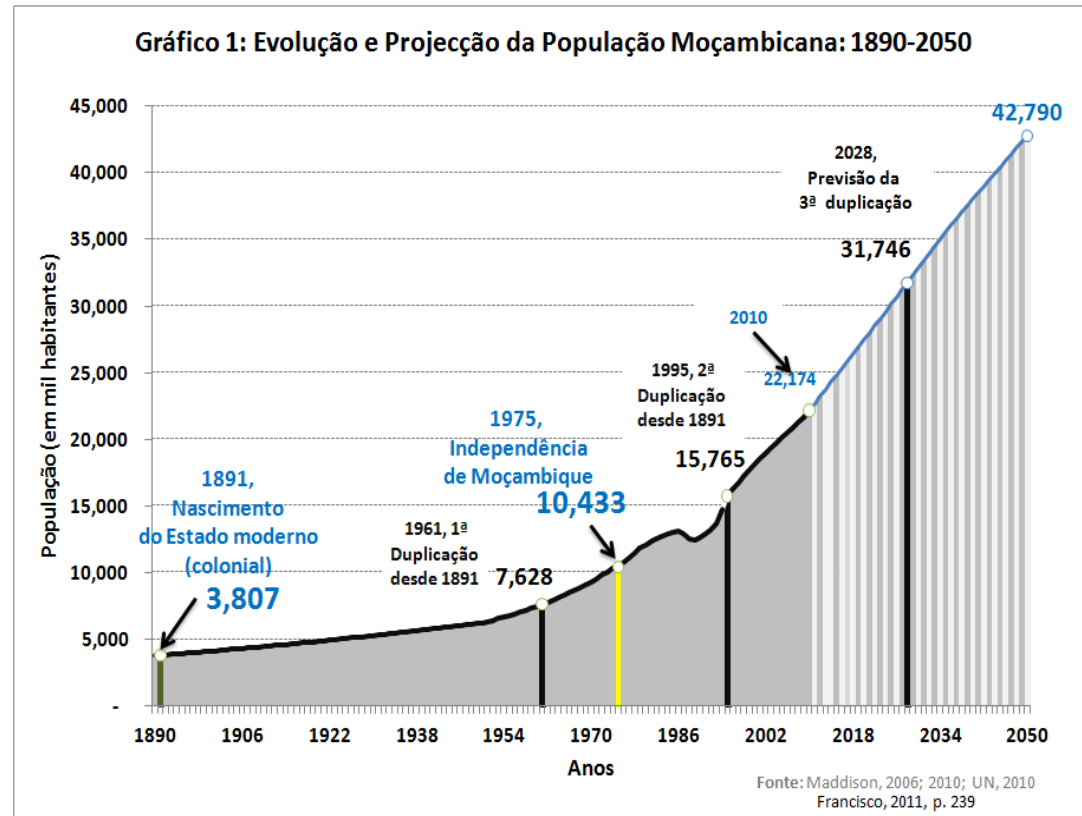
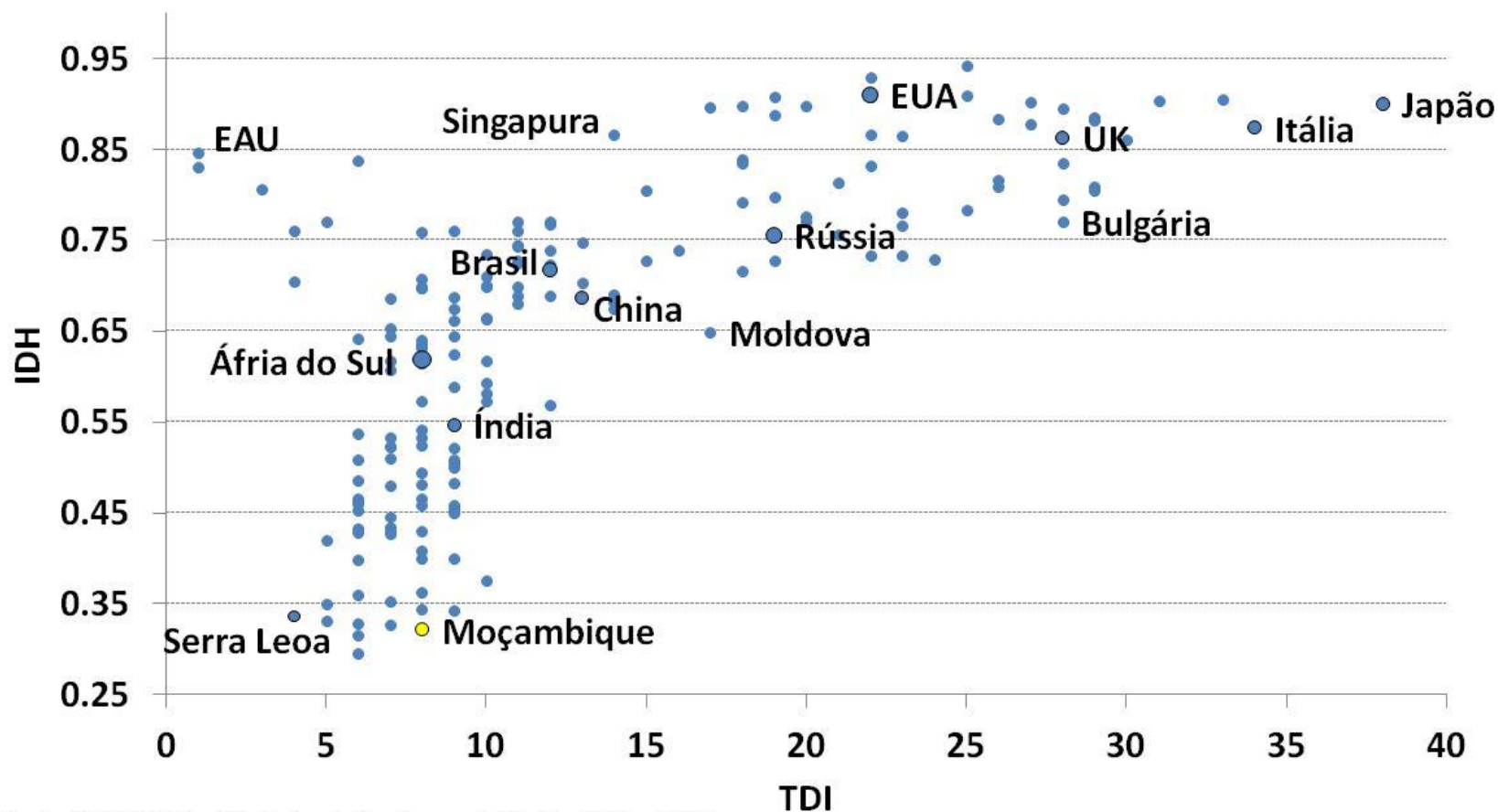
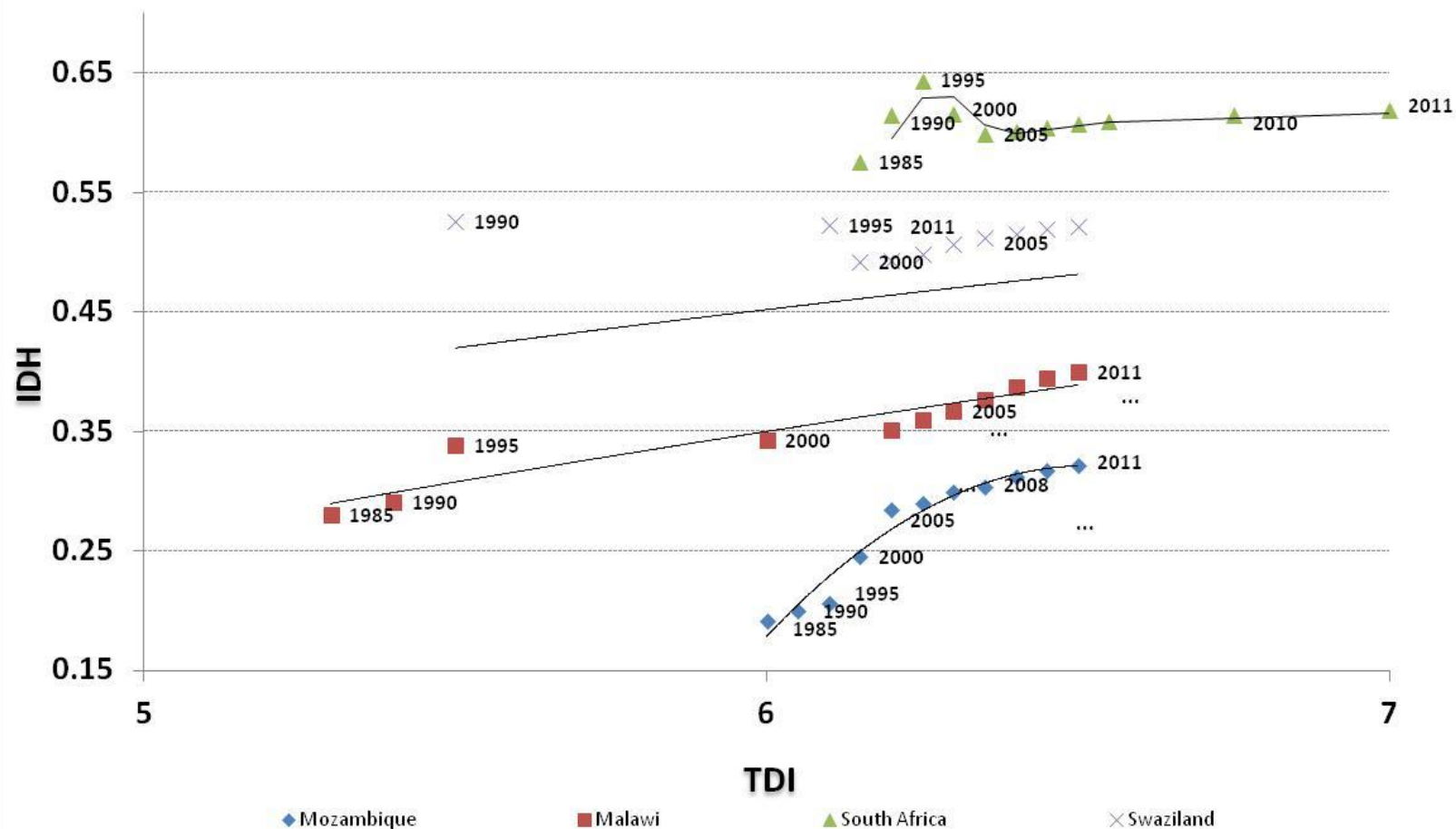


Figura 1: Relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as Taxas de Dependência da População Idosa



Fonte: PNUD (2011) e World Population Prospects (Nações Unidas, 2010)

Figura 2: Trajectória na Curva de Crescimento - Países Seleccionados



IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte: UN 2010; UNDP 2012.

Parte II

Protecção Social: Assistencialista versus Estruturante

O que é Protecção Social?

2 PERSPECTIVAS

Assistencialista

Protecção social – definida como políticas públicas para ajudar os indivíduos, as famílias e comunidades na melhor gestão de riscos e que apoiam os criticamente vulneráveis – é crucial para o crescimento económico sustentável e equitativo (Holzmann, 2009, p. 1)

Estruturante

O conjunto de mecanismos, iniciativas e programas com o objectivo de garantir uma segurança humana digna, libertando as pessoas de dois medos cruciais no ciclo da vida: 1) **Medo da agressão** e insegurança pessoal; e 2) **Medo da carência** (alimentar e profissional)” (Francisco, 2010, p. 37)

A apresentação de Terezinha Silva, “Violência contra a pessoa idosa...” ilustra uma das dimensões da abordagem estruturante da PS, sobre a insegurança pessoal. O mesmo acontece com o tráfico de pessoas e órgãos humanos; linchamentos, assaltos e violações físicas e psicológicas frequentes na nossa sociedade.

PS1: Livrar do Medo da Agressão e Insegurança Individual

Beira Linchamentos retornam com furor

Agitação presumivelmente ligada à morte de um tal Jofrisse, tido como um pacato cidadão e não "bata-cujo" do bairro da Mananga, vítima de bandidos ora caçados com furor, os linchamentos todos mortos em plena luz do dia. As vítimas são um tal Meque e Manuel Cherequejane "Bota-bota".



Primeiro a vítima é atirada e espancada

Acidentes fazem dois feridos graves

A província de Beira registou, durante o fim-de-semana, quatro acidentes de viação, que resultaram em dois mortos e dois feridos graves. Mesmo tendo havido redução no número de acidentes e nos óbitos, a polícia, o



Tam sido assim a parte final dos linchamentos

Moçambique" contaram que "Bota-bota" foi neutralizado no arrozal da zona da Catquima, na Manhava, quando fugia, dado que estava a ser perseguido por uma multidão enfurecida. Uma vez alcançado pelos seus perseguidores, foi espancado e queimado com resíduo a gás.

Contaram que os linchamentos correntes surgem como acto de vingança ao assassinato do tio como inocente Jofrisse, morto no último sábado naquele bairro, presumivelmente pelo grupo de "Bota-bota" e Meque. Tanto "Bota-bota" como Meque eram tidos como perigosos e cadastrados. Ambos estiveram encarcerados, por várias vezes, devido ao seu

envolvimento em assaltos e assassinatos. Nos últimos dias estavam a beneficiar de liberdade condicional.

Com a morte de Jofrisse iniciou-se a caça ao grupo suspeito, acusado também de fomentar intranquilidade, culminando com os linchamentos ocorridos até ontem e hoje.

Meque linchado em plena luz do dia no domingo, encontrava-se em goro de liberdade condicional, tendo como obrigação regular a Polícia. Mas, durante este período, ele e seus comparsas voltaram a organizar e intensificar acções de agressão, incluindo assaltos.



[Ver video](#)

[Violência da polícia pública - YouTube](#)

PS2: Livrar a Carência e Precariedade

Pag.20Publicado: 01 de Junho de 2009

SOCIEDADE

Segurança social frágil em Moçambique

- Mário Machungo recomenda reformas urgentes

O ex-primeiro-ministro moçambicano, actualmente presidente do Conselho de Administração (PCA) do Millennium-bim, Mário da Graça Fernandes Machungo, esteve recentemente em Portugal a participar em vários encontros promovidos pelo grupo bancário luso Millennium-bcp e num outro promovido pela RDP África sobre o Dia da África assinalado a 25 de Maio, transmitiu aos seus pares uma "visão pessimista" sobre as capacidades de crescimento económico de Moçambique nas circunstâncias actuais da crise da economia mundial.

Aquele economista que sempre defendeu que Moçambique não seria sustentado sem um crescimento constante estimado em dois dígitos anuais, começou por explicar que a crise da economia mundial se traduz na quebra das disponibilidades para o exterior e sobre o exterior, afectando as reservas e criando pressão sobre a taxa de câmbio, causando mais problemas na cobertura das importações.

A dificuldade de gerir a taxa de câmbio no presente momento é uma realidade, não sendo de admirar os questionamentos que se fazem ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Machungo disse ainda que no sector real a quebra das exportações por causa da crise da economia mundial levam ao abrandamento ou mesmo encerramento de empresas viradas à exportação e consequentemente o arrefecimento do consumo e da procura agregada, para além das restrições comerciais que geralmente nestas situações que ainda de acordo com o economista já se mantêm presentes em países com fragilidade nas instituições de segurança social.

Disse ainda que na maior parte dos países africanos, incluindo Moçambique, a segurança social é débil e frágil e por isso não podem responder a situações de estabilidade sem que haja o maior volume de ajuda externa.

Referiu ainda que o fraco desempenho das exportações traduz-se também na redução de receitas públicas, agravando o défice fiscal e colocando em causa a capacidade para a realização da dívida e de projectos nas áreas sociais que têm impacto directo na redução da pobreza de muitos moçambicanos, neste momento estimado em cerca de 20,5 milhões de habitantes.

Para os restantes países da África Subsaariana onde Moçambique é parte integrante, esta situação traduz-se na redução da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o presente ano, comparando com o que se realizou em 2008, com tendência para a redução das balanças de transacções comerciais.

Para fazer face à crise, a maior parte dos países desenvolvidos depois de terem constatado que a política monetária de acordo com as taxas de juros

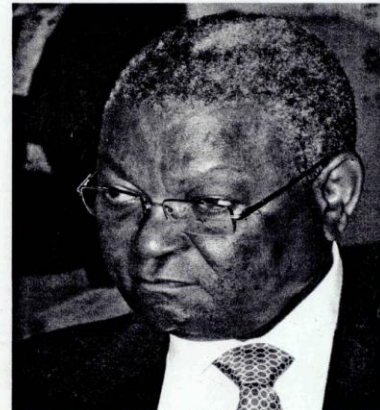
de referência não produziria os efeitos desejados que se aplicam em situações comerciais, recuperaram a consciência do mercado financeiro. Esta medida soube aprofundar a dimensão da dívida pública nos Estados Unidos da América (EUA) e os países optaram pela adopção de pacotes de incentivos fiscais como forma de provocar um choque positivo na procura agregada por via de diversos mecanismos, nomeadamente aumento da despesa de investimento, corte das taxas de impostos, transferências para as camadas mais baixas e vulneráveis e subsídios ao desemprego.

Sobre o tema estabilidade, desenvolvimento e crescimento, emprego, crise mundial realizou-se um encontro que culminou com o desenho de cinco pilares básicos para a recuperação económica, entre os quais, Machungo destacou a necessidade de restaurar a confiança no crescimento económico, reparação do sistema financeiro, a regulamentação financeira e reformas do sistema financeiro.

Machungo indicou ainda que os países da África Subsaariana antes da crise financeira internacional registavam níveis de crescimento económico estáveis, acima dos 5 por cento, como resultado de algumas reformas tomadas em alguns países que conduziram a estabilidade política e macroeconómica.

Os países portadores de petróleo registaram a taxa de crescimento do PIB estimado em cerca de 7,5 por cento. A partir de 2008 em consequência da crise financeira registou-se uma quebra expressiva nos preços dos bens de exportação, com destaque para o alumínio, petróleo, ouro, platínio e cobre, situação que tem implicação séria nos países com excessiva concentração das riquezas recursos como Angola, com o petróleo a representar 85 por cento das exportações, Botswana com o diamante a representar 61 por cento das exportações, a Zâmbia com o cobre a representar 75 das exportações e Moçambique onde o alumínio representa 57 das exportações.

Os países da procura e dos preços dos produtos básicos de exportação origina um efeito negativo combinado, nomeadamente a redução das receitas e queda de actividades em sectores tidos



Mário Machungo, PCA do Millennium-bim

como produtores de matéria-prima que se repercute sobre as pequenas e médias empresas na cadeia de valores e no sector familiar inclusive.

Machungo indicou ainda que é previsível que a crise económica mundial venha a piorar as condições de vida das populações vulneráveis da África. Acrescentou ainda que com a redução das receitas o Governo terá que suspender ou reduzir as despesas nos programas destinados ao desenvolvimento em diversas áreas de actividade, com destaque para o sector de Saúde, Educação, Habitação, planeamento e abastecimento de água.

Indicou ainda que as estratégias de combate à pobreza serão estranguladas se não forem tomadas medidas sérias para assegurar a continuidade de ajuda

internacional aos programas concebidos para o desenvolvimento. Mesmo assim, o economista não descarta a possibilidade de adopção de outros paradigmas de desenvolvimento que levem os países africanos a desenharem os seus planos de desenvolvimento.

Mário Machungo admitiu também a hipótese de que a barragem de M'panda-Unkwa que se projecta há vários anos para junante da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, não vai começar a ser construída este ano, como deram a entender os mentores da iniciativa. Referiu que haverá atraso no lançamento de 1400 quilómetros da linha de alta tensão e admitiu ainda que o aumento da capacidade de geração de energia de HCB, também terá de aguardar por melhores dias.

A queda da procura e dos preços dos produtos básicos de exportação origina um efeito negativo combinado, nomeadamente a redução das receitas e queda de actividades em sectores tidos



source: jornalnoticias.co.mz



Jornal Público chega a todo o País distribuído pelos transportes:

PUTCO, Moçambique

Av. de Moçambique nº 560/16E, Tel.: 21 49 75 33, Cell: 82 47 39 310 / 84 39 96 940

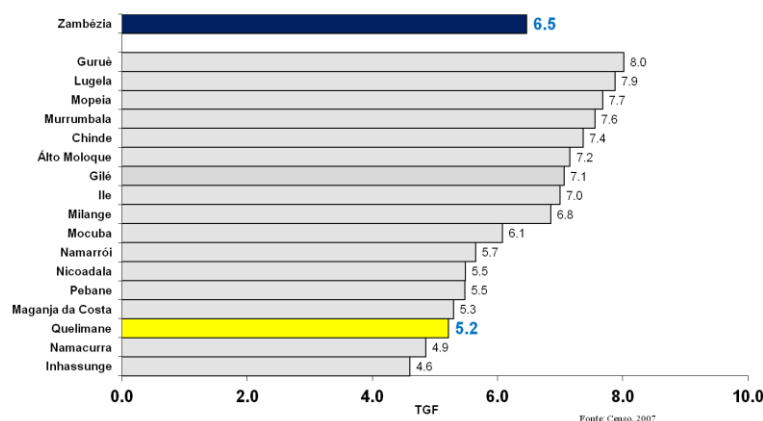
Na Perspectiva da Protecção Social Estruturante

Ter muitos filhos continua a ser a principal forma de protecção social em Moçambique.

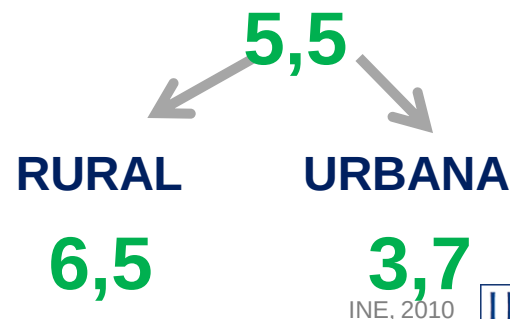
Sistema precário e muito limitado do ponto de vista dos padrões modernos? Sim, mas foi ele que nos trouxe até aqui. Aliás, este o regime demográfico que prevaleceu em 99,9% da história da humanidade. Apenas nos últimos 200 anos, um número crescente de países tem transitado para o novo regime. **E Moçambique? ...Ainda não!**



Taxa Global de Fecundidade por Distritos, Zambézia 2007

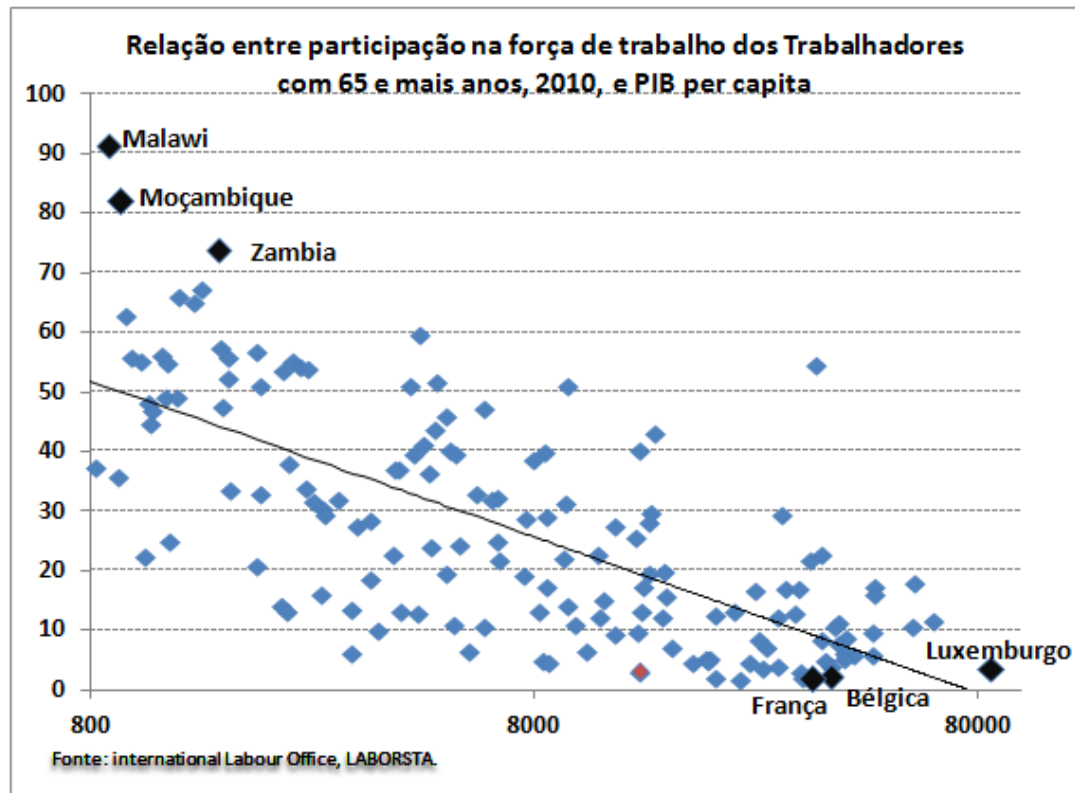


Filhos por Mulher (2012)



Maioria dos Idosos Moçambicanos Trabalha até Morrer

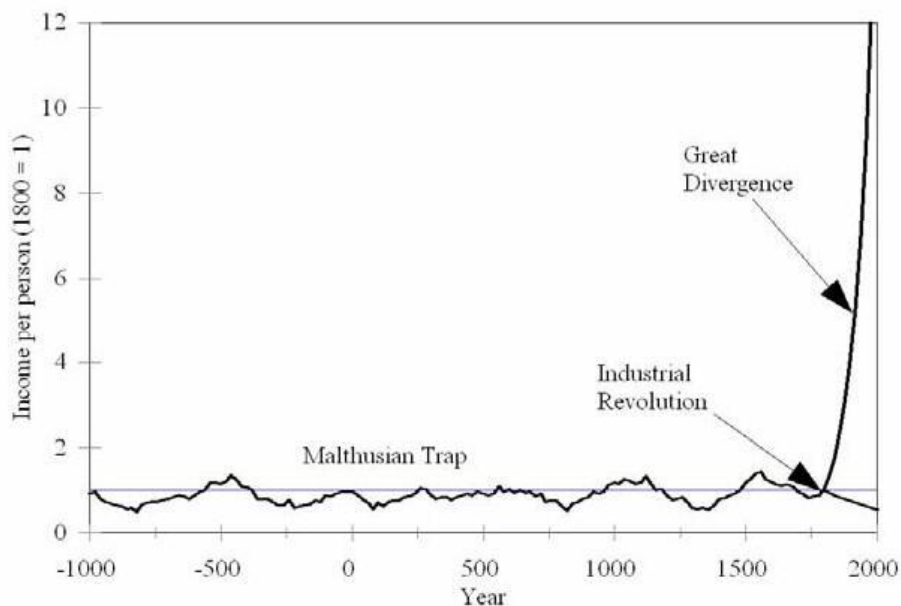
O universo convencional da segurança social e da assistência social abrange a minoria de pessoas envolvida no mercado de trabalho assalariado e no sistema financeiro formal e informal. Porém, a maioria da população idosa moçambicana, principalmente rural, trabalha até morrer. Isto é ilustrado pelo Gráfico ao lado - a participação dos idosos moçambicanos na actividade económica é superior a 80%, enquanto nos países mais desenvolvidos é o oposto.



Estagnação versus Acumulação

99,9% da evolução humanidade aconteceu num ambiente económico de estagnação, baseada numa PROTECÇÃO SOCIAL DEMOGRÁFICA (PSD). Foi apenas nos últimos 200 anos **(0,1%)** que o **crescimento económico sustentável Pós-Malthusiano** permitiu a **expansão da PROTECÇÃO SOCIAL FINANCEIRA (PSF)** moderna ([Oppenheimer](#), 2003; Galor, 2011).

A actual crise internacional, designada por “financeira”, tem por trás dela factores substantivos de **natureza demográfica**, com enorme impacto no próprio sistema financeiro e fiscal. A crise não é só composta de DÍVIDA e CREDÍTO, mas também de DEMOGRAFIA. Aliás, **ACUMULAÇÃO, CRÉDITO** e **DÍVIDA** contribuem mais para a **prosperidade** do que a **pobreza** mundial. Seria uma grande pena se a mensagem principal desta Conferência fosse o contrário (Ferguson, 2005; Galor, 2011).

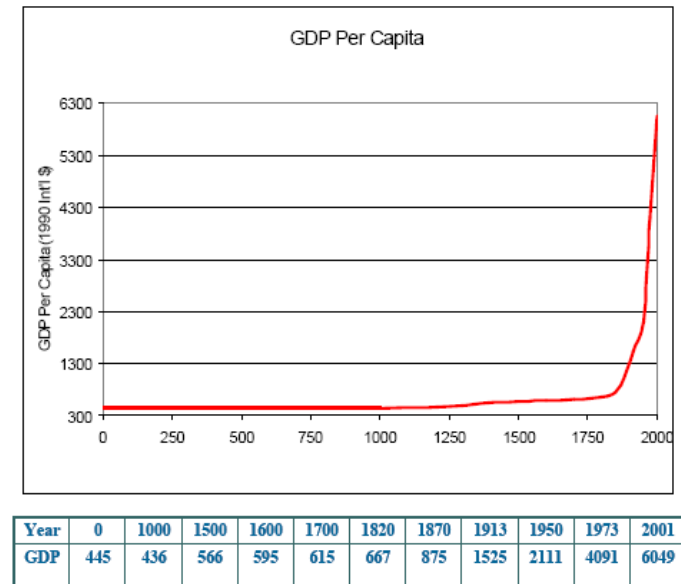


[Galor.2009. From Stagnation to Growth:...](#)

PS no contexto da Estagnação e Acumulação

A História pós-independente de Moçambique testemunhou o desastre da busca de alternativas ao capitalismo produtivo: **“Pior do que ser explorado pelo capitalismo é não ser explorado pelo capitalismo”**. Como afirmou Millôr Fernandes: **“O capitalismo é a exploração do homem pelo homem. O socialismo é o contrário”**.

O principal desafio de Moçambique é a **ESTAGNAÇÃO** (verdadeiro **“ICEBERG”**) ficar à margem da ACUMULAÇÃO (a PONTA DO ICEBERG). Na 1ª década do século XXI a economia rural gerou uma renda mediana de **4 Meticais** (**média 10 Meticais**) por pessoa/dia; isto é, 13 cêntimos do US dólar por pessoa/dia. ([Francisco, 2011: 239](#); [Francisco & Muhoro, 2011](#)).

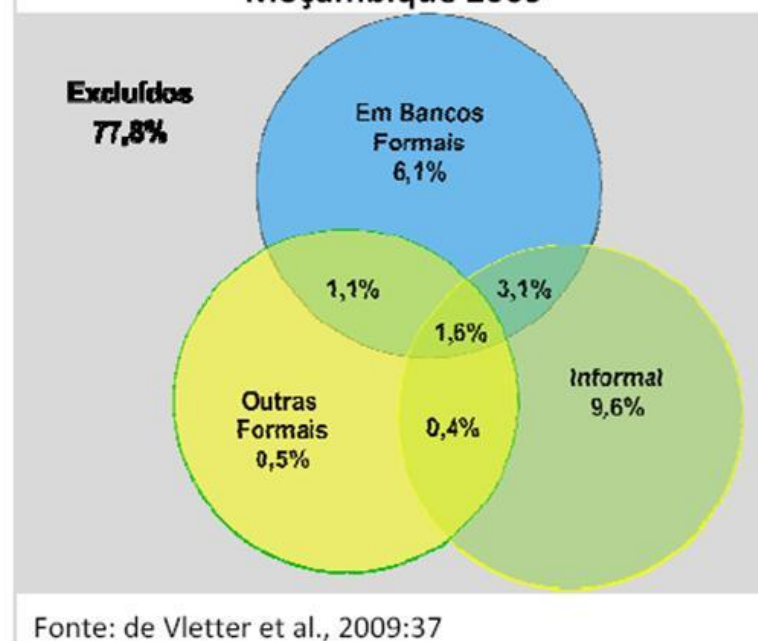


Contexto Financeiro da Protecção Social

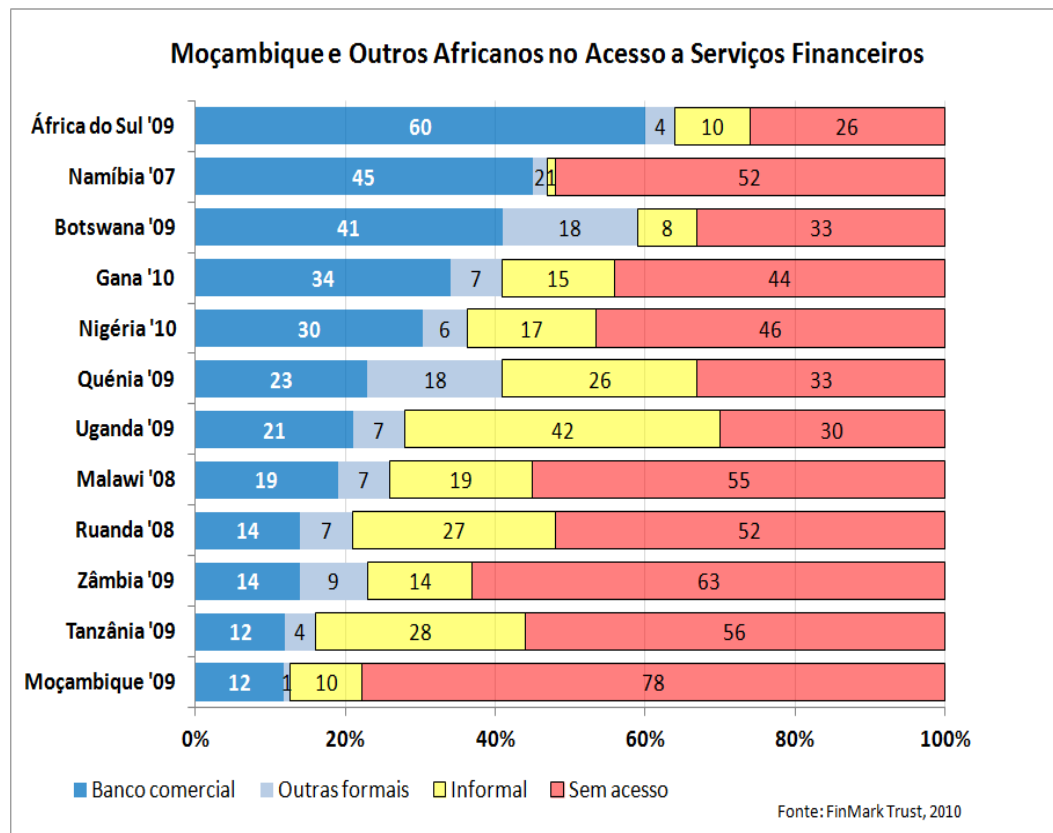
- A literatura sobre PS nos países subdesenvolvidos assume como dado adquirido que a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas modernos de PS depende, principalmente, da robustez, eficácia e eficiência dos sistemas financeiros. No entanto, tal literatura frequentemente ignora, como se verifica no caso de Moçambique, que os sistemas financeiros proporcionam acesso a menos de 22% da população adulta (Vletter et al., 2009).
- Se **78%** dos Moçambicanos estão excluídos do Sistema Financeiro (formal e informal) moderno, onde buscam eles sua protecção social?

Veja a resposta aqui: [Francisco 2010](#); e [Francisco et al. 2011](#)

Figura 1: Mecanismos de Acesso Financeiro, Moçambique 2009



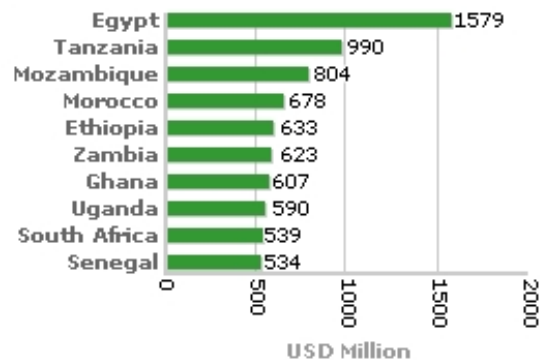
O Espaço Financeiro da Protecção Social: Moçambique versus Outros Africanos



Não admira que Moçambique, com **78%** excluídos do sistema financeiro, possua mais de **90%** dos cidadãos excluídos da protecção social contributiva e não contributiva.

Que Protecção social financeira num Contexto de Dependência Externa? Assistência Caritativa

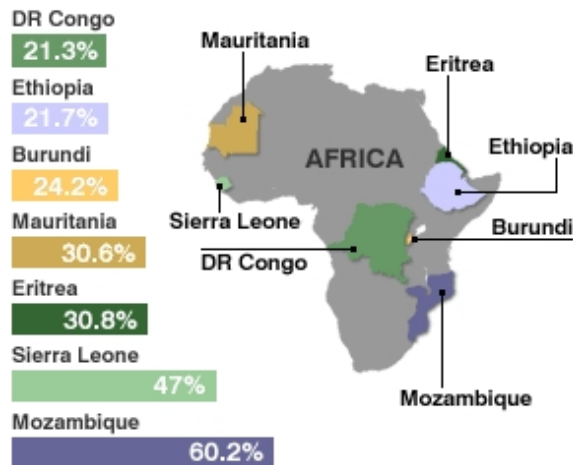
Top 10 recipients in Africa 1999



SOURCE: DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE (OECD)

Who is most dependent on aid?

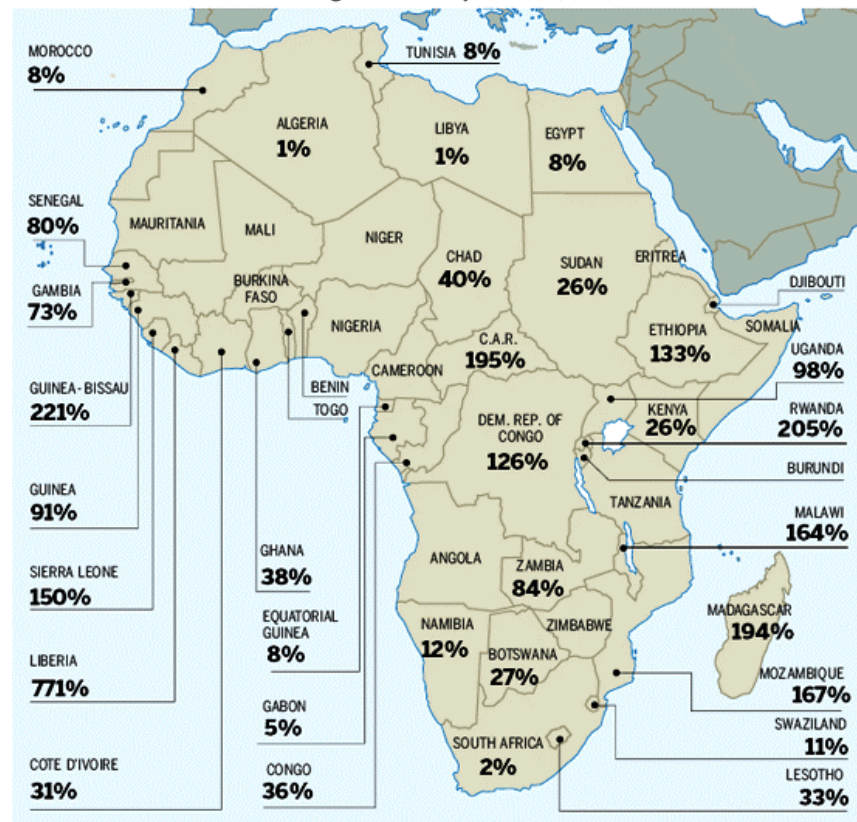
% of GDP received as ODA, 2002



SOURCE: OECD

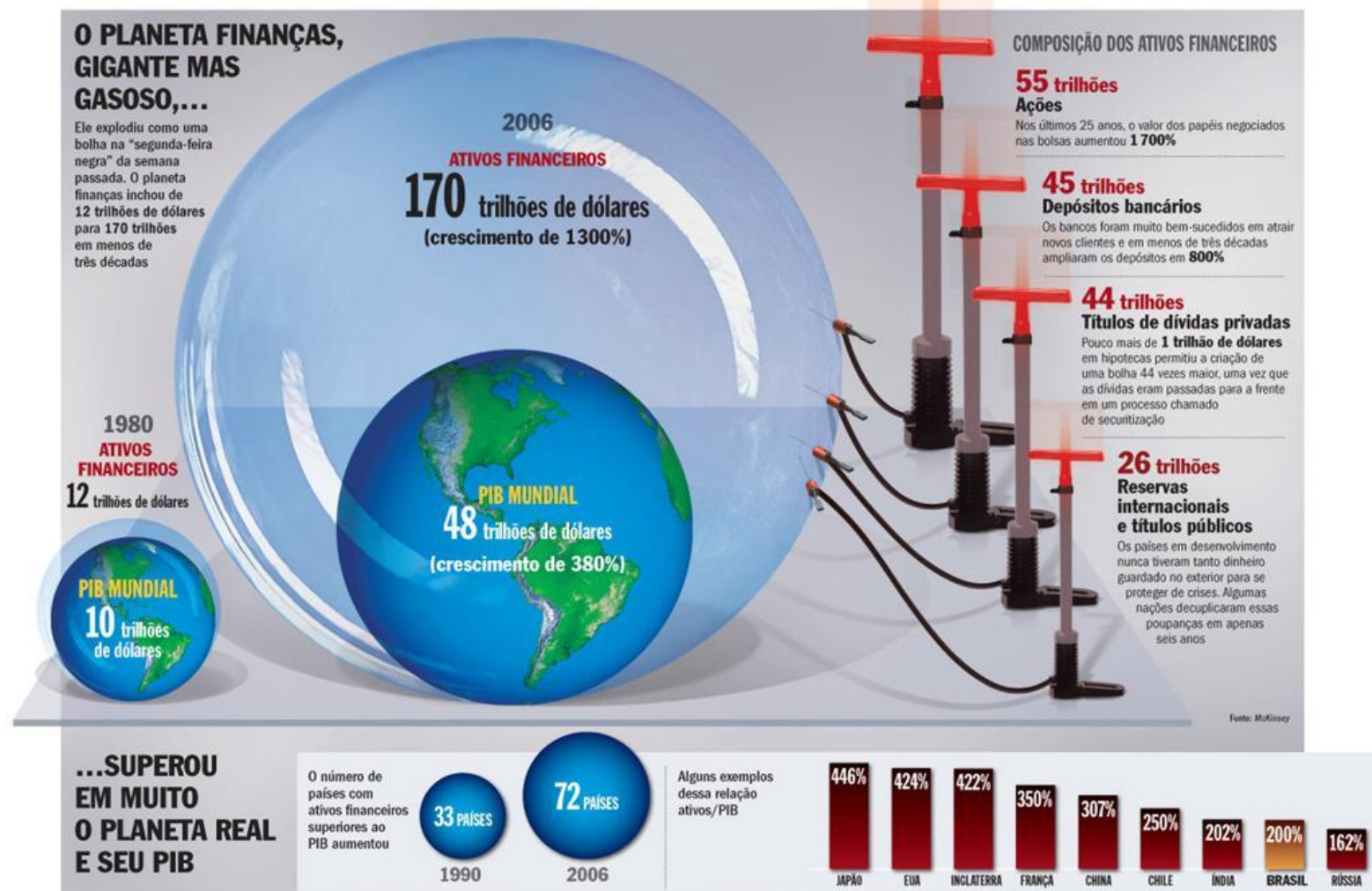
Africa's dependence on aid

Net official aid received as a % of government expenditures, 2008

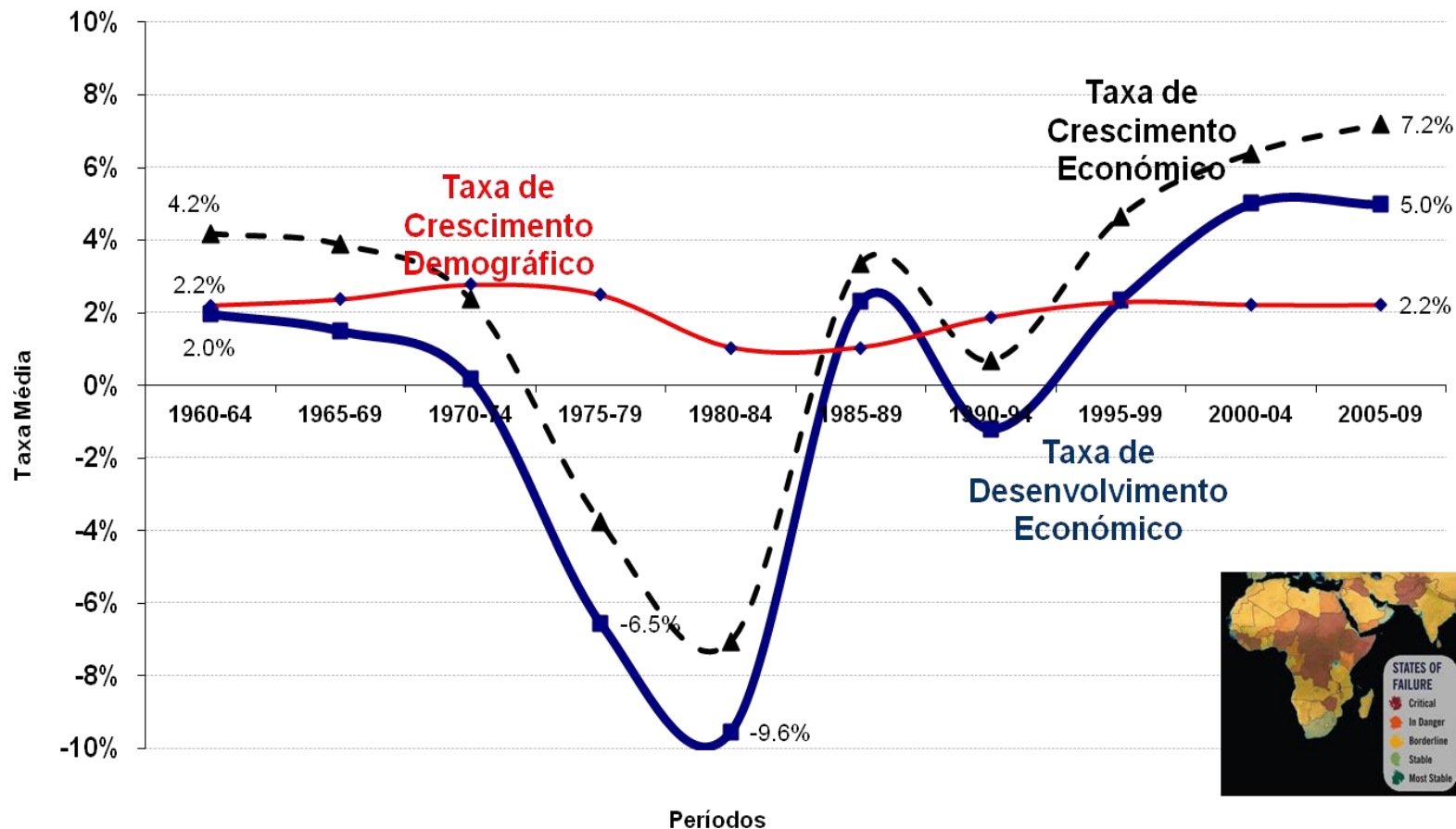


<http://filipspagnoli.wordpress.com/stats-on-human-rights/statistics-on-poverty/statistics-on-international-development-aid/>

Espaço Financeiro da Proteção Social Internacional, oposto de Moçambique



Do Estado Colonial à Falência do Estado Soberano: Meio século de Crescimento Demográfico, Económico e Desenvolvimento em Moçambique 1960-2009



Fonte: PWT6.1; www.foreignpolicy.com

Quando é que Moçambique Faliu?

Em 1984 o Estado solicitou formalmente o apoio financeiro e técnico do FMI e Banco Mundial.

14

no centro do furacão

07.05.2010

SAVA

A adesão de moçambique às instituições de Bretton Woods

Por Prakash Ratilal *

Porque é que Moçambique não aderiu em 1975 às instituições de Bretton Woods?

A decisão não foi apenas de natureza técnica ou legal. Constitui, essencialmente, uma decisão estritamente política e reflecte opções de política económica a seguir.

De entre os vários factores retardadores da nossa relação com o FMI e o Grupo do Banco Mundial podem-se enumerar:

- O colapso do império colonial português em 1974 contribuiu para o recuo das fronteiras da dominação racista que se estendiam do Sul de África. A forma como Moçambique ascendeu à independência o, 5 meses depois, Angola, com apoio essencialmente proveniente de países do Leste (destaque para URSS), a República Popular da China; dos países Nórdicos e dos países Não-Alinhados. No momento da vitória, não estando ao lado dos vencedores, os países

possuíam uma relação estável com o nosso País.

- Devido à sua complexidade, face à exiguidade de técnicos e às imensas tarefas a realizar, em 1975, o País não dispunha de um estudo técnico e financeiro sobre a adesão ao FMI e o seu enquadramento político. E, no meio de tantas outras tarefas a realizar para consolidar a independência, só em 1977/78 se encomenda o primeiro estudo sobre FMI e Banco Mundial ao Professor Marc Wuyts.

O FIM DO COLONIALISMO E OS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA

Moçambique fica independente num contexto em que a economia colonial apresentava sérios desequilíbrios estruturais. Era uma economia atrasada, subdesenvolvida, estruturalmente

económica dos Países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética;

O mundo ocidental interpretou este sinal como sendo a opção definitiva por um dos blocos do conflito Este-Oeste. Isso complicou ainda mais a nossa relação com o Ocidente e elevou o nível de suspeição. Sinais ambíguos permitiram que o apartheid aumentasse ainda mais a agressividade contra Moçambique;

Em Abril de 1978, o Governo da África do Sul rescindiu unilateralmente o Acordo de 1928 assinado com o governo colonial, através do qual parte do salários dos trabalhadores moçambicanos nas minas era utilizado para adquirir ouro ao preço fixo. Assim, receitas que durante décadas financiavam a economia colonial, subitamente deixaram de ser parte da arrecadação de divisas para a nossa

solução do problema da Rodésia, e quando já estava claro que o Zimbabwe se iria tornar independente, o Governo de Moçambique admitia um cenário de paz e tranquilidade para os anos seguintes.

A questão da África do Sul era diferente da colónia Britânica da Rodésia do Sul. A África do Sul já era um Estado independente, membro de pleno direito da ONU. Havia um problema de regime, e que era condenado internacionalmente pela prática de racismo;

Em ambiente de relativa paz e tranquilidade que em 16 de Junho de 1980 se efectiva com sucesso a troca de moeda e se introduz o Metical. Neste período, o estudo sobre a nossa adesão ao FMI e ao Grupo Banco Mundial estava pronto e foi circulado por alguns membros do Governo.

Evolução das exportações e importações de bens e serviços, com e sem mage projects (US\$ milhões)



Que Tipo de Protecção Social num Contexto de *Quasi-Falência Crónica*?

- Desde que o Estado Moçambicano foi resgatado pelo FMI, em 1984, a ajuda internacional tornou-se estruturante das suas políticas públicas, e em particular, no financiamento do seu Orçamento de Estado. O FMI e outros doadores são cruciais para Moçambique evitar a bancarrota e mergulhar no Estado Falhado.
- Entre 1984 e 1990, a ajuda atingiu níveis insustentáveis e impagáveis (ver Tabela 1).
- Moçambique exhibe hoje uma estabilidade macroeconómica satisfatória, resultante mais dos sucessivos perdões da dívida e da manutenção da ajuda internacional, do que de um modelo de desenvolvimento económico assente num ambiente de mercado e de investimento produtivo e inclusivo, em vez de um ambiente de negócios atractivo apenas para uma minoria altamente lucrativa e sobretudo especulativos.

Tabela 1: Entre a Falência e a Sustentabilidade Financeira Doadada, Moçambique, 1984-2012				
Rácios	Limites máximos de Sustentabilidade	1984	1998	2009
Stock/PIB	40%	incumprimento	153%	16%
Stock/Exportações	150%		1348%	59%
Stock/Receitas	250%		2476%	99%
Serv. da dív/Exp	20%		43%	1%
Serv. da dív/Rec	30%		24%	2%
Fonte: (Waty 2011, p.107; MF 2008; MF 2010) GMD, 2006.				

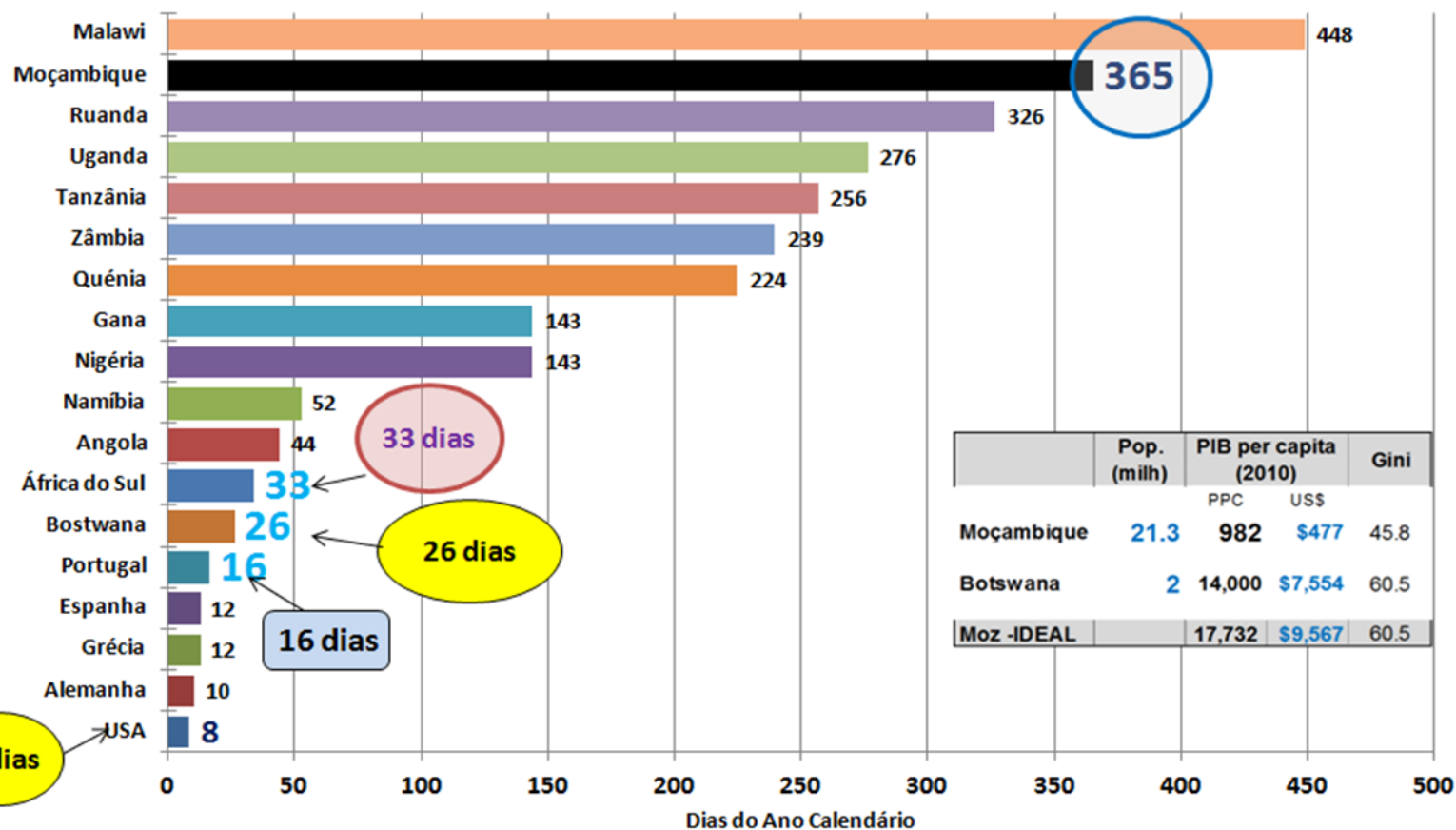
Que Tipo de Protecção Social num Ambiente Especulativo ou Lixo?

- A mais recente avaliação da Standard & Poor's (S&P), de 24.08.2012, manteve as notações de risco para Moçambique em “B+/B/estável”. Isto é, estabilidade num ambiente “altamente especulativo”, ou no jargão financeiro internacional, “junk”/“lixo”. A perspectiva estável da S&P reflecte o facto de que os países da chamada ajuda programática continuarem a financiar parcialmente os défices orçamental e externo, que o crescimento económico manter-se-á e que a situação política permanecerá basicamente estável.
- Admitindo que esta perspectiva se concretiza, será bom do ponto de vista da segurança humana e protecção social, mas obviamente não é satisfatória, a longo prazo. Estabilidade num ambiente “altamente especulativo” está longe de ser satisfatória e prometedora para a protecção social dos cidadãos.

Notação de Crédito para Países Seleccionados, 2012				
Moody's	S&P	Fitch	Países	
Aaa	AAA	AAA	Australia, Austria, Canada, Alemanha, França, Singapore, Suécia, Holanda, UNITED KINGDOM	Mais alta qualidade (TOPO)
Aa	AA	AA	França, Japão, China, Hong Kong, Nova Zelândia, USA, ITÁLIA, ESPANHA	Alta qualidade
A	A	A	BOTSWANA, Malasia, Chile, Israel	Qualidade média-alta
Baa	BBB	BBB	Brazil, Mexico, South Africa, SPAIN, ITALY	Qualidade média
Ba	BB	BB	Angola, Gabon, Philipines, Costa Rica, PORTUGAL	Predominantemente especulativo
B	B	B	Argentina, MOÇAMBIQUE, Uganda, Venezuela, Zambia	Especulativo, baixa classificação
Caa	CCC	CCC	Coreia do Norte, Grécia, Zimbabwe	Inadimplimento próximo (Próximo de
C	C	C	Sudão	Mais baixa qualidade, (Sem interesse)
	DDD	DDD		Inadimplente, em atraso, questionável
	DD	DD		(FALÊNCIA)
	D	D		

http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_credit_rating

Produtividade do Moçambicano e do Resto do Mundo , Medida em Produto Interno Bruto (PIB) per capita, 2010



	Pop. (milh)	PIB per capita (2010)		Gini
		PPC	US\$	
Moçambique	21.3	982	\$477	45.8
Botswana	2	14,000	\$7,554	60.5
Moz -IDEAL		17,732	\$9,567	60.5

antonio.francisco@iese.ac.mz

Parte III

É Possível uma Pensão Universal para Idosos?

É Possível uma Pensão Universal de Idoso em Moçambique?

2 Respostas imediatas mais comuns

- Não. Porquê? Não há dinheiro
- Talvez – através da exploração dos recursos naturais, aumentando a receita pública fornecida pelos mega-projectos. Esta é a resposta à espera do “**milagre**” ou “**lotaria**” trazidos pelos recursos naturais (RNs).

A Resposta alternativa

- Em vez de ficar à espera do “milagre” ou “lotaria” dos RNs, defendemos a busca de uma solução alternativa, assente numa abordagem diferente relativamente às instituições e principais actores. Abordagem diferente principalmente em relação ao papel da população idosa na dinâmica demográfica, económica, social e política da sociedade moçambicana, seguindo uma abordagem estruturante, em vez de caritativa, paternalista e humilhante.
- A chave de uma protecção social dignificante está na qualidade das instituições, em vez da lucratividade dos RNs. Especialmente enquanto, e se, tais RNs continuarem controlados pelo Estado, em vez dos cidadãos, os legítimos donos e gestores. Um Estado vivendo para si próprio e para os seus agentes, enquanto a generalidade da população está abandonada à sua sorte.

Países Vizinhos com Pensão Universal ou Quase-Universal para Idosos

Pension watch
Social protection in older age

HelpAge International Pension Watch Database

Version: 6 July 2012

www.pension-watch.net

Country	Population 60+	Share 60+	Poverty rate	Name of scheme	Year introduced	Level	Local currency	US\$	% of GDP per capita	PPP \$	% of poverty line	Age	Targeting	Number of recipients	Total cost (% of GDP)	Income
Botswana	117,057	5.9%	31%	State old age pension	1996	220	Pulas	29	4%	55	143%	65	Universal	91,446	0.33%	Upper middle income
Lesotho	145,844	7.0%	43%	Old Age Pension	2004	300	Maloti	39	34%	59	156%	70 (men) and 65 (women)	Pensions-tested	80,000	1.77%	Lower middle income
Mauritius	150,602	11.6%	<i>no data</i>	Basic Retirement Pension	1950 (scheme first implemented), 1958 (scheme became universal)	3,146	Rupee	109	15%	187	491%	60	Universal	160,947	1.70%	Upper middle income
Namibia	124,865	5.6%	49%	Old Age Pension (OAP)	1992 (other social pension previously)	500	N\$	64	16%	91	240%	60	Universal	131,921	1.36%	Upper middle income
Seychelles	<i>no data</i>	<i>no data</i>	2%	Old-age pension (social security fund)	<i>no data</i>	2,400	Rupees	173	22%	433	1138%	63	Universal	<i>no data</i>	<i>no data</i>	Upper middle income
South Africa	3,694,968	7.3%	26%	Older Persons Grant	1927/8 first scheme introduced for whites, 1944 scheme extended to whole population, 1996 full parity reached.	1,200	Rand	155	25%	225	592%	60	Means-tested	2,647,000	1.14%	Upper middle income
Swaziland	63,638	5.3%	63%	Old Age Grant	2005	200	Emalangeni	26	10%	43	114%	60	Pensions-tested	55,000	0.60%	Lower middle income
Zambia	632,235	4.8%	64%	Social Cash Transfer Programme, Katete (Pilot)	2007	60,000	Kwacha	12	10%	14	#DIV/0!	60	Universal	4,500	<i>no data</i>	Low income

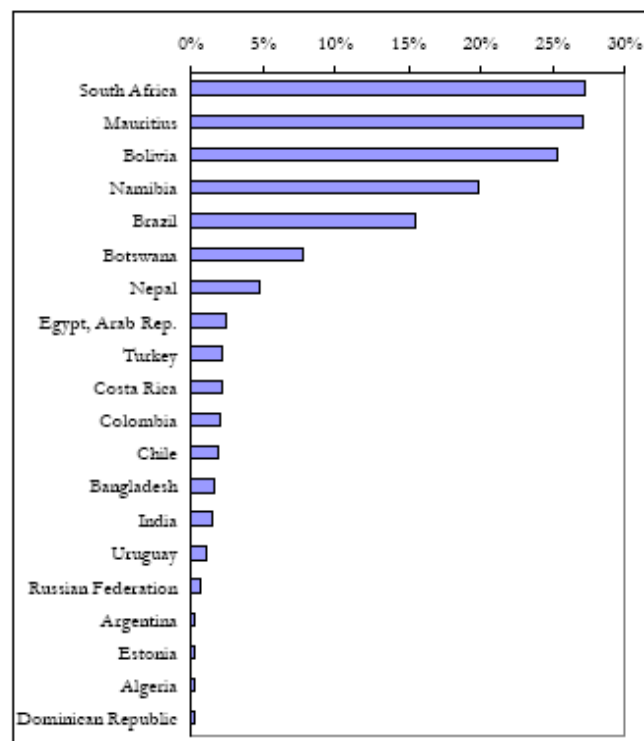
Porque Moçambique Diverge dos países vizinhos mais desenvolvidos?

Entre 1995 e 2010, a economia formal moçambicana ter sido das que mais rapidamente cresceu na África Subsaariana, em contrapartida a pobreza não foi reduzida em proporção idêntica pelo rápido crescimento económico (FMI, 2012; Hodges & Tibana, 2005; INE, 2010).

Enquanto isso, os países vizinhos mais desenvolvidos beneficiaram do facto de nunca terem enveredado por políticas revolucionárias, radicais e destruidoras do tecido social; não terem mergulhado na falência crónica e elevada dependência da ajuda externa; e em particular, os Estados criados após a independência criaram vínculos mais fortes para os seus contribuintes do que os doadores externos.

A introdução de sistemas de pensão para idosos, universais ou quase-universais, é um exemplo desse vínculo; principalmente em países como o Lesoto, onde o Governo não ficou à espera da descoberta de recursos natural para estabelecer um pensão universal para idosos.

Figure 1: Social Pension Impact Index, selected countries



Source: authors' calculations.

Porque Moçambique Carece de uma pensão universal para idosos?

Razões históricas e estratégicas

➤ Razão histórica

O sistema formal de PS que surgiu do nascimento de Moçambique como Estado moderno, em 1890-1, foi liminarmente escangalhado ou fortemente desvalorizado após a Independência em 1975, primeiro, pelas políticas revolucionárias radicais, e depois, pela devastadora guerra civil. Porém, a reabilitação e as reformas, ao longo das últimas duas décadas de elevada dependência da ajuda externa, tem revelado fracos sinais de um crescimento endógeno, apontando para uma configuração da PS moderna, numa perspectiva inclusiva e dignificante.

Em 1901 surgiu o **1º Regulamento da Fazenda do Ultramar**, visando garantir a Previdência Social aos Servidores do Aparelho do Estado Colonial (Quive, 2007, p.12). Tal sistema começou por ser altamente racista e discriminatório. Inicialmente apenas para os colonos, principalmente brancos europeus, mas aos poucos foi-se abrindo e incluindo os “assimilados” e depois os chamados “indígenas”. Por volta de 1975, o sistema de PS herdado precisava de ser reformado, para que se tornasse mais inclusivo e abrangente da população total. Porém, foi desmantelado, desvalorizado e praticamente destruído ([Francisco, 2010, PP. 37-95](#)).

Porque Moçambique não tem uma pensão universal de idosos?

➤ Razão estratégica – Poder vs Desenvolvimento

- ❑ A Independência foi “capturada” pelo radicalismo revolucionário. O novo Estado Soberano fez o que diz o ditado popular inglês: *Throw out the baby with the bath water* - Jogou fora o bebê com a água do banho. A Constituição da Republica de 1975 declarava a protecção dos idosos, mas a prática foi a sua pauperização:

ARTIGO 32.º

Todos os cidadãos têm direito à assistência em caso de incapacidade e na velhice. O Estado promove a criação de organismos que garantam o exercício deste direito.

- ❑ **O escangalhamento do estado do Aparelho colonial, agravado pela guerra civil (1976-1992), a falência económica e financeira (1984) e a elevada dependência externa (depois de 1987), em conjunto enfraqueceram o sentido de dever do Estado para com os cidadãos, mas fortaleceu o vínculo com os doadores.**
- ❑ A Frelimo conseguiu evitar o Estado Falhado, recuperou a iniciativa política e reconsolidou sua hegemonia, focalizando-se no poder, em vez do desenvolvimento económico com protecção social digna e efectiva. Em retrospectiva, os idosos de hoje fazem o balanço dos custos e benefícios das “**nossas conquistas**”. O que diz Coluna, famoso futebolista moçambicano, com 77 anos de idade? Exemplo de precariedade para quem acreditou que a independência seria a oportunidade de uma vida longa, digna e com qualidade.

Coluna: o “Monstro Sagrado”, vítimas de políticas predadoras - nacionalização da habitação (1976)

“Não roubei o dinheiro com o qual comprei o prédio que o Governo nacionalizou”

Quarta, 15 Agosto 2012 00:00 Aristides Cavele



Mário Coluna agastado:

77 anos de idade

Aos 77 anos, completados no passado dia 6 de Agosto e maior parte dos deles dedicados ao futebol, Mário Esteves Coluna carrega consigo uma grande tristeza: a nacionalização por parte do Governo moçambicano, a 24 de Julho de 1975, do seu prédio localizado no bairro da Malhangalene.

O “Monstro Sagrado” diz estar magoado com o Governo moçambicano, porquanto comprara o prédio com dinheiro que ganhou, honestamente, ao serviço do Benfica e que serviria para a sua reforma.

Mário Coluna, com as lágrimas a escorrerem o rosto, disse, outrossim, que não explorou a ninguém. Pelo contrário, o ex-capitão do Benfica e da selecção de Portugal, diz que andou a esforçar-se, correr o mundo, partir o joelho e, no fim, levarem o seu prédio.

Coluna questiona, porém, por que o executivo o convidou para ser membro do partido e deputado da Assembleia da República, além de lhe ter atribuído a Ordem Eduardo Mondlane do terceiro grau - a mais alta condecoração do Estado.

Não explorei ninguém!

[O PaísOnline](#)

Isto tem muito que ver com a PS!

**“Nossas Conquista”?
Para quem?**



Abordagem Assistencialista da Pensão:

Caraterísticas

1. *Reactiva*

Ex-post, em resposta a eventos inesperados, mas também os previsíveis, através de esquemas para “remediar” em vez de prevenir – e.g. PSA/PSSB. Quase quatro décadas após a Independência, nem o sistema de segurança social limitado do período colonial foi restabelecido, muito menos um sistema amplo e inclusivo.

2. *Caritativa / Humanitária*

Atribuições irrisórias (monetárias, em espécie ou trabalho), ESMOLAS miseráveis que humilham mais do que valorizam os beneficiários. Esmola para consumo indigente que não diminui o trabalho do idoso, muito menos o dignifica ou permite conquistar capacidade negocial no seio da família ou da comunidade.

3. *Paternalista*

Legitimação de uma relação de despotismo e superioridade. Entre pais e filhos, paternalismo é legitimado pelo amor; entre doadores e receptores, generosidade altruísta. No tempo colonial havia a “**missão civilizadora**”; hoje, assistimos a uma “**missão humanitária**”.

4. *Discriminatória*

No pior sentido - parcial, arbitrária e violando direitos humanos básicos de equidade e universalidade. É espantosos como as organizações internacionais pactuam com isto!

5. *Humilhante*

Especialmente na maneira paternalista, complacente e até vexatória como os idosos são tratados, isto é como “vulneráveis”, comparado com o pouco que tem sido feito para lhes devolver a dignidade que desfrutavam no regime demográfico antigo.

Qual a Diferença entre o Assistencialismo Doador e o Assistencialismo Estatal?

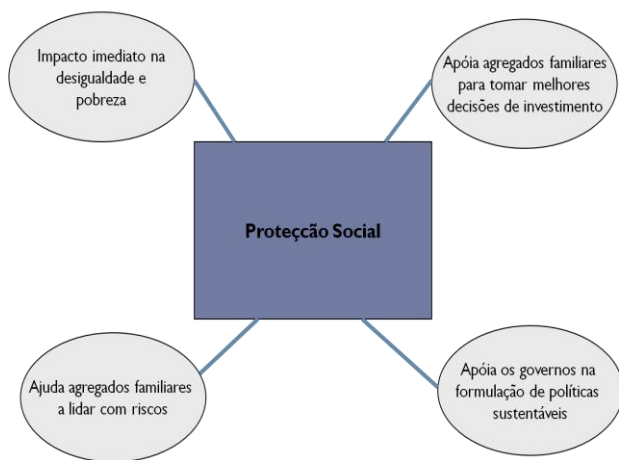
- A natureza reactiva e assistencialista das políticas públicas do Estado Moçambicano, em geral, e dos PARPA(s) em particular, têm sido objecto de reflexões críticas no IESE (Francisco, 2012; Sugahara Francisco, 2012).
- Qual é a diferença entre o assistencialismo dos doadores e o assistencialismo do GdM? Os doadores têm vontade política para reformar, mas falta-lhes uma concepção proactiva, valorizadora e empoderadora, adaptada à realidade moçambicana. Optam pelo paternalista, caritativo ou humanitário, mas frequentemente humilhante e contrário às suas declarações de princípio.
- Entretanto, depois da revolta popular de 1-3 Setembro 2010, em Maputo, a atitude reactiva e defensiva do Governo e seus parceiros aumentou. Os governantes preocupam-se com a ameaça à estabilidade do seu poder. Os doadores preocuparam-se com o risco do retorno da instabilidade.
- O Relatório do FMI anterior à revolta de Setembro 2010 (Junho 2010, Nº 10/174) não possuía uma única referência à protecção social, excepto dois parágrafos sobre “Reformar o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)” (#16, p.4; #23, p. 46). O relatório de Dezembro de 2011 (No. 11/350) já mereceu 15 referências à protecção social e duas à segurança social básica. O relatório do FMI de Junho 2012, No. 12/148, contem 27 referências à protecção social, mas surpreendentemente nada sobre o INSS ([IMF, 2012](#)).

Estratégia Doadora: Dispersão, sem Racionalidade Demográfico-económica

O Banco Mundial defende uma abordagem de “redes de segurança”, em resposta ad hoc a riscos e imprevistos. Salazar & Zapatero (2012) dizem que o sector público gasta já 2% do PIB em pensões (incluindo INSS, pensões publicas militares e civis) e 1,7% do PIB em Assistência Social (excluindo os subsídios aos combustíveis).

“O estudo do Banco encontrou uns 40 programas de protecção e assistência social no país com diferentes fontes de financiamento... baixa cobertura e benefícios não muito altos em relação com as necessidades”. Fragmentação e dispersão consistente com assistencialismo caritativo, sem estratégia demográfica e económica relevante para uima protecção social digna e sustentável.

Por que uma estratégia de Protecção Social



Distribuição do Gasto em Protecção Social, 2010

	Meticais (Milhões)	USD (Milhões)	% do Total	% Financiamento
Segurança Social Básica a/	5,012	152	44%	62%
Acção Social Directa	1,782	54	16%	33%
Acção Social Educação	2,199	67	19%	75%
Acção Social Saúde	657	20	6%	91%
Acção Social Produtiva	373	11	3%	69%
Segurança Social Obrigatória	6,336	192	56%	
Total	11,348	344	100%	
Taxa de câmbio, 2010: 1USD = 33 Mt				
Fonte: Salazar & Zapatero, 2012				

Estratégia Governamental - Mobilizar Recursos Externos para Garantir Estabilidade do Estado

FMI: espécie de "Fundo Nacional de Segurança Social" do sistema económico e financeiro formal contra os choques exógenos?

O GdM possui uma forte vontade política, concentrada na estabilidade e hegemonia do poder, em vez da capacitação da sociedade e empoderamento dos cidadãos.

Capacidade do Estado tornou-se refém dos interesses nele instalado.

O FMI e outros doadores actuam como uma espécie de "INSS" do Estado e da sociedade formal. Principalmente o sistema de apoio do FMI, definido como Facilidade de Protecção contra Choques Exógenos (ESF) do FMI.

Sufocar e Criminalizar?

24 ECONOMIA & NEGÓCIOS 30 de Outubro

Apenas 0,9% foi alocado para assistência social

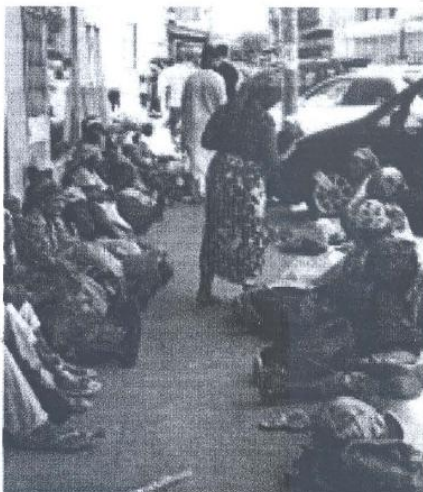
Proposta de Orçamento do Estado para 2013 "ignora" camadas vulneráveis

• Paradoxalmente, o projecto da revisão do Código Penal, ora em discussão, propõe a criminalização da mendicância

O Governo submeteu, no passado dia 30 de Setembro de 2012, à Assembleia da República, a proposta de Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) para 2013. Entretanto, a proposta do OE continua a registar discrepâncias na distribuição de fundos entre os diferentes sectores. Os sectores sócio-económicos, com impacto directo na vida das populações, continuam a ser marginalizados, cabendo-lhes fatias muito reduzidas do Orçamento do Estado, estimado em 174.955 milhões de metcais, um aumento de cerca de 36,2 percento face ao orçamento de 2012 que foi de 163.035 milhões de metcais. Em termos de alocação de recursos, o sector de Acção Social é o mais crítico. A sua dotação não ultrapassa um percento. Paradoxalmente, o projecto da revisão do Código Penal, submetido pelo Conselho de Ministros à Assembleia da República, propõe a criminalização da mendicância.

sos nesta nova definição do sector da Acção Social e o valor total destes subsídios é muito maior que o valor destinado aos programas de assistência social.

Na senda deste quadro desolador, o Fórum de Monitoria Orçamental insiste na necessidade de o Governo reforçar o orçamento dos programas sociais do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), aprovados pelo Conselho de Ministros no dia 6 de Setembro de 2011, na sequência das manifestações dos dias 1 e 2 do mesmo mês que tiveram como móbil o elevado custo de vida. No tocante aos programas orientados para os mais pobres, em particular os do INAS, verifica-se, em termos relativos, que o peso das transferências da componente interna do Orçamento do Estado para o INAS reduzirá, havendo



Adivinha-se dias difíceis para as camadas pobres

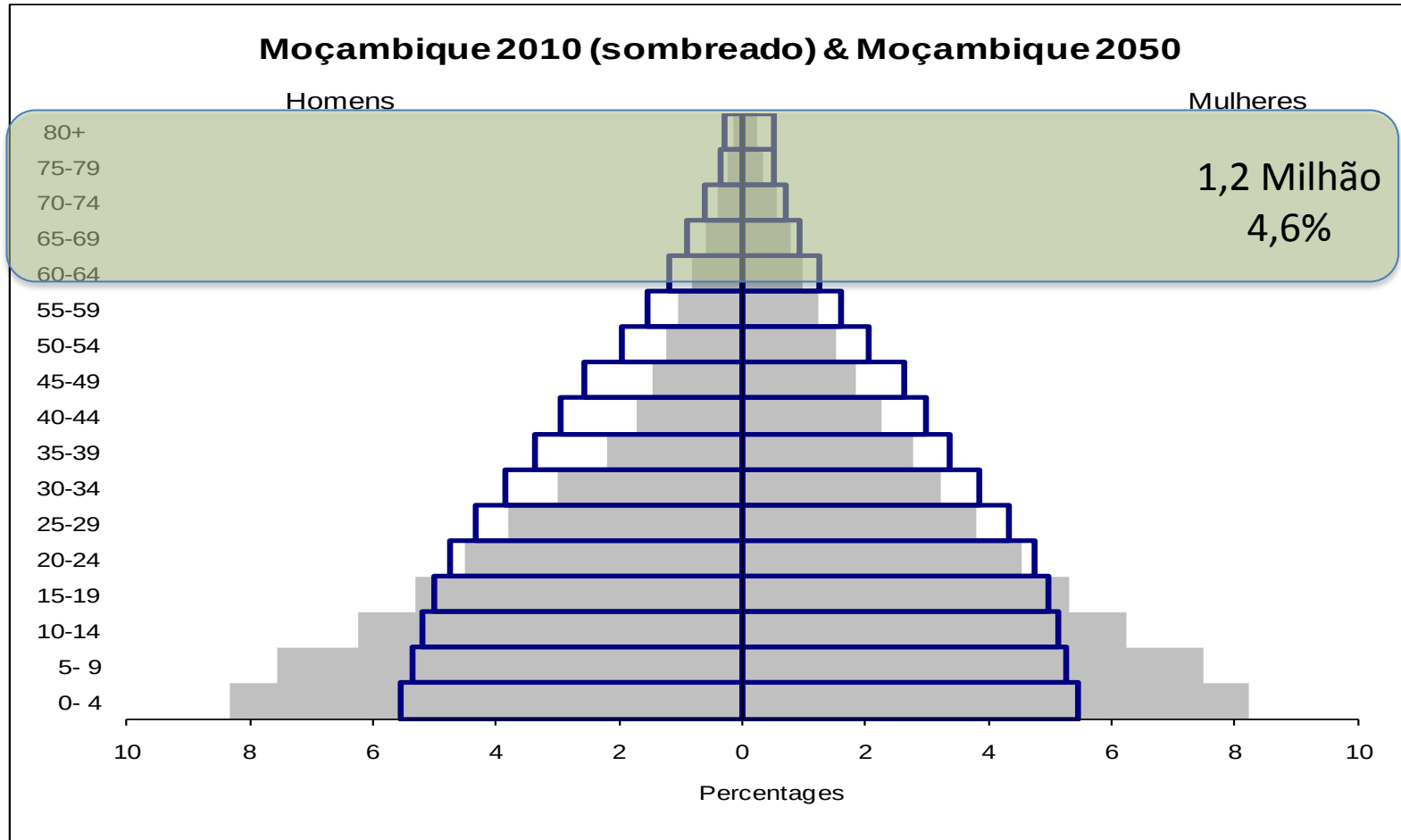
Segundo estatísticas oficiais, 54 percento dos cerca de 23 milhões de moçambicanos são pobres, vivendo de um dólar norte-americano por dia. Sendo assim, o sec-

reastreio e monitoria orçamental, considera que a dotação ideal só para a assistência dos 500 mil beneficiários seria de três mil milhões de metcais e não os menos de

Parte IV

Que Alternativa? Pensão Universal com Valor Mínimo, não Minúsculo

Pirâmide da População Moçambicana



Que Tipo de Pensão Alternativa?

Características

1. Pro-activa

Ex-ante, em vez de *ex-post* e reactiva, como os esquemas e programas implementados em Moçambique: PSA/PSSB (Programa de Segurança Social Básica). Uma pensão de idoso concebida em antecipação dos efeitos previsíveis, já que os imprevisíveis são por definição impossíveis de prever.

2. Valorizadora

Dar valor e acima de tudo acrescentar valor implica que a própria pensão adquira capacidade concorrencial mínima, de complementar e gerar poder negocial, autêntico e real, em vez de fictícia e espúrio. Para isso, a pensão do idoso deve possuir valor monetário mínimo, em vez de mero valor irrisório; poder minimamente negocial, no seio da família e da comunidade, em vez de esmola indigente.

3. Inclusiva

No sentido de que todos as pessoas elegíveis desfrutam e compartilhar da pensão, em vez de um grupo limitado, escolhido com critérios subjectivos, na base de um alegado “gradualismo” usado para justificar a violação do princípio de “universalidade”

4. Equitativa

Pensão baseada na imparcialidade e reconhecimento do direito do idoso, adaptando a equivalência da igualdade e da justiça tendo em conta diferenças entre os beneficiários.

5. Dignificante

A valorização reforça a dignidade e auto-estima dos beneficiários, ao invés de uma pensão irrisória e humilhante, supostamente para ajudar no consumo, mas que não alivia o trabalhador idoso, de continuar a trabalhar, ou pedir esmola, ou ainda depender da generosidade de familiares ou da caridade de doadores.

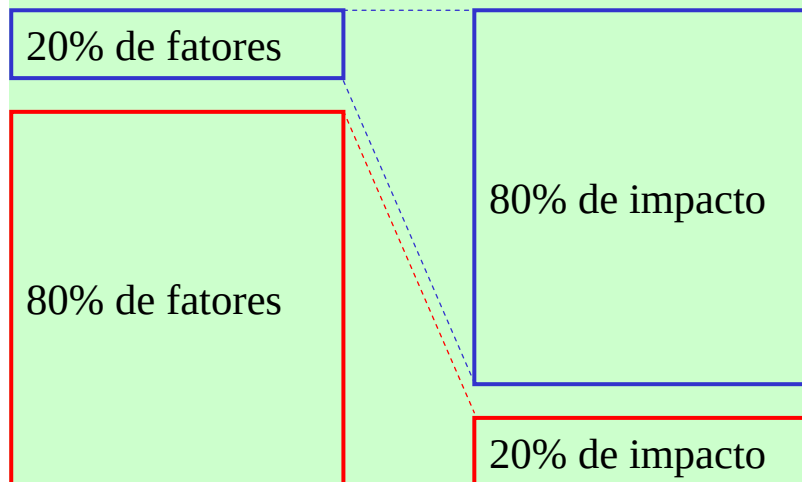
Objectivos da Pensão Universal

- 1) Fornecer ao idoso uma **pensão minimamente dignificante** em vez de humilhante;
- 2) Devolver ao idoso a **dignidade e prestígio** que possuía quando o regime demográfico (pré-transicional) era estável, viável e equilibrado;
- 3) Fomentar a coesão familiar e comunitária **reforçando o poder negocial do idoso** entre os membros do agregado familiar, através de uma pensão com valor mínimo em vez de irrisório;
- 4) **Combater a onda de insegurança individual** do idoso, sobretudo, abandono, feitiçaria e violência física e psicológica;
- 5) Permitir aos idosos contribuam para **libertar a família da estagnação** económica, em prol de um desenvolvimento económico realmente inclusivo e progressivo;
- 6) **Acelerar a transição demográfica**, nomeadamente a transição da fecundidade, reforçando a solidariedade intergeracional entre avós e netos, idosos e crianças;
- 7) **Compensar os idosos pelo destino injusto**, por vezes trágico, a que as políticas públicas os expuseram na idade economicamente activa;
- 8) Considerando que o futuro é imprevisível, a maneira de prevenir o futuro é **criar reservas financeiras**, principalmente nas fases da vida jovem e adulta.
- 9) **Evitar o erro dos países avançados**, ao criarem sistemas de PS assentes no pressuposto implícito de que as populações permaneceriam eternamente jovens.

Operacionalização da Pensão do Idoso: racionalidade demográfica, económica e social

Princípio 80/20

Poucos **"vitais"** e muitos
"triviais"



O Princípio de Pareto pode ser usado para identificar os factores vitais na população, neste caso, os **5%** da população idosa, distribuídos por pelo menos **20%** dos agregados familiares. Fornecendo-lhe aos idosos uma pensão de valor mínimo (pelo menos **25% a 50% da renda média** nacional, baseada no PIB), espera-se um impacto valorizador e transformadora do grupo de idosos, até aqui convertido em "vulneráveis", num grupo "vital" na coesão familiar e social e, em particular, na aceleração da transição demográfica moçambicana, em prol de um crescimento populacional mínimo e sustentável.

Custos e Benefícios de Três Cenários

Assumindo que o argumento em prol da Pensão Universal do Idoso Moçambicana é reconhecido como pertinente, plausível e relevante três questões surgem quanto à sua operacionalização prática:

- ❖ **Quais os custos de um pensão universal?**
- ❖ **Que implicações para os principais actores: FMI, OIT, Estado, Mega-Proj. e OSC?**
- ❖ **Que tipo de fundo de pensão estabelecer?**

Mais do que vontade política do Governo e seus parceiros internacionais, a pensão alternativa pressupõe **entendimento, visão e pressupostos** consistentes com a realidade demográfica e socioeconómica moçambicana, bem como uma perspectiva de desenvolvimento económico realmente comprometida com a segurança humana e os direitos humanos dos cidadãos. Um de nós tem alertado para o risco socialmente perigoso da tendência de criação de uma sociedade fragmentada em cidadãos “de 1ª” e “de 2ª” classes. Uma fragmentação causada por instituições políticas e económicas discriminatórias que geram mecanismos de protecção social pauperizantes, para a maioria, e confortantes para uma pequena minoria.

A chave para a operacionalização financeira de uma pensão universal encontra-se na criação de um fundo constituído conjugando recursos públicos e privados. Os recursos públicos deveriam derivar do Orçamento do Estado (OE), decorrentes a revisão criteriosa da alocação dos recursos, em que a protecção social passe a figurar explicitamente como uma de três componentes das despesas orçamentais: correntes, investimento e de protecção social. Qual seria o impacto macroeconómico de tal pensão?

Cenário 1: Discriminatório, Caritativo e Pensão Miserável (PSA/PSSB)

Custo Anual

- 0,22% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 937 Milhões de Meticais (**31 Milhões** de US\$)
- 0,66% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **200,00 Meticais (6,7 \$US)**
- 17% do rendimento médio
- 13,8 PPP\$ (36% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 301.683 pessoas elegíveis
- 25% da população com 60+ anos
- 1,3% da população total

Quanto custa o actual cenário de apoio público ao idoso?

Uma pensão como a que é fornecida pelo PSA/PSSB, com um valor de 200 (\$US6,7) Meticais/Mês atribuído a cerca de **300 mil idosos**, é ridícula e discriminatória contra os restantes 75% excluídos do esquema. É caritativa e paternalista, sem perspectiva de fornecer um valor minimamente valorizador e competitivo, enquanto os critérios de selecção dos beneficiários são subjectivos e arbitrários.

Cenário 2: Se o PSA/PSSB fosse Universal, mas Pensão ainda Caritativa e Miserável

Custo Anual

- 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 3 Mil Milhões de Meticais (**100 Milhões** de US\$)
- 3,2% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **200,00 Meticais (6,7 \$US)**
- 17% do rendimento médio
- 13,8 PPP\$ (36% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

Quanto custaria o Cenário 2?

Uma pensão universal, no valor da pensão actual do PSA/PSSB, cerca de 200 Meticais (\$US6,7) por Mês, teria um mérito - respeitaria o princípio de universalidade, evitando assim a discriminação da maioria de idosos elegíveis.

O custo desta opção seria de **100 milhões de \$US em 2012; ou seja, 0,9% do PIB e 3,2% da Despesa Pública.**

Apesar de universal, a atribuição de um valor irrisório de 200 Meticais mensais, apenas serviria (e mal!) para consumo pessoal. Tal pensão não valorizar, tanto em termos de estatuto social como na função económica transformadora.

Cenário 3: Pensão Universal com Valor Mínimo: Quanto Custaria?

Custo Anual

- 3,39% do PIB (Produto Interno Bruto)
- 11.250 Mil Milhões de Meticais (**380 Milhões** de US\$)
- 12,11% da Despesa Pública

Custo Mensal

- **750,00 Meticais (25 \$US)**
- 63,43% do rendimento médio
- 51,87 PPP\$ (135,78% da linha internacional de pobreza)

Cobertura

- 1.191.000 pessoas elegíveis
- 100% da população com 60+ anos
- 5,1% da população total

Fonte: <http://www.pension-watch.net>

E se o valor for de 750 Meticais mensais (\$25), **cerca de 25% do salário mínimo nacional?** São 60% da renda nacional mensal, mas cerca de 100% da renda rural. Um valor destes já tem impacto, económico, negocial e social.

O custo da opção não é incomportável para o Orçamento de Estado, comparando com o custo da opção alternativa - deixar a população à sua conta e risco.

A acessibilidade depende de uma série de factores, incluindo: **custos, espaço fiscal, opções de financiamento e, mais importante, política.** Conhecer o custo da pensão é uma coisa, mas o espaço fiscal para acomodar tal custo é outra. A **parte no/do orçamento que fornece recursos para a pensão, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira** (HelpAge, 2012).

DESAFIOS E IMPLICAÇÕES: **Nem 8, Nem 80!**

Protecção Universal para Idoso

- **Na perspectiva estruturante a melhor protecção social que pode ser garantida aos jovens e adultos é oportunidade e liberdade social, política e económica para produzirem os seus meios de sustento, poupança e segurança individual.**
- **A assistência social focalizada nos idosos visa proporcionar o equilíbrio intergeracional indispensável ao sistema reprodutivo e produtivo. Existem, também, pessoas incapacitadas por varias razões que também precisam de assistência.**

Assistencialismo Absolutista e Insustentável

Que futuro para a Protecção Social?

A proposta de implementação de um pacote básico de Protecção Social para todos

O Artigo 22º da Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece que “Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à Segurança Social”.

- ✓ A Segurança Social é um **direito humano**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade social**.
- ✓ A Segurança Social é uma **necessidade económica**.
- ✓ A Segurança Social básica para todos é **viável do ponto de vista económico e fiscal**.

“Na Coreia do Sul, por exemplo, qualquer pessoa com idade entre 18-65 costumava ser inelegível para a assistência pública”, [New cradles to graves](#), *The Economist*, Sep 8th, 2012; Ver também, [Asia's next revolution](#)

Parte V

Envelhecimento Populacional, Natureza do Estado e da Economia

Estado Falido versus Estado Falhado

- Moçambique não é um Estado Falhado, no estilo da Guiné-Bissau ou da Somália, em grande medida, graças à ajuda externa financeira e institucional, regular e persistente da comunidade internacional. Uma ajuda que se materializa através do PARP e outros mecanismos.
- **Um Estado Falhado** é aquele em que o Estado e seu Governo são incapazes de garantir o controle social e político básico, devido a conflitos armados, paramilitares ou organizações terroristas que controlam parte do território nacional ou o mantêm numa situação de insanidade generalizada; um país com elevadas taxas de criminalidade, corrupção extrema, extenso mercado informal, judiciário ineficaz, interferência militar na política pública.
- **Um Estado Falido** tem muitas das características de um Estado Falhado, mas uma diferença crucial - o o Governo e outras entidades públicas ainda exercem controlo sobre o território nacional. Mas é Falido, principalmente por razões financeiras e económicas. É um Estado insolvente, seus passivos excedem seus activos e sem ajuda internacional dificilmente consegue cumprir suas obrigações internacionais. Suas sociedade dificilmente conseguem assegurar a sustentabilidade financeira e funcionamento do Estado, a curto prazo. Por isso, recorre e recebe ajuda internacional. Como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.
- Estes conceitos não são facilmente aceites na linguagem política vulgar, aplicada aos países subdesenvolvidos. Porém, a recente crise financeira na Zona Euro poderá contribuir para que o assunto passe a ser de forma menos dissimulada, demagógica e paternalista.

Porque Existe o PARP em Moçambique?

16

Canal de Moçambique | Quarta-Feira, 25 de Abril de 2012

Análise

Por que Existe o PARP em Moçambique? – Parte 1/2ⁱ

...aqui está o segredo de uma boa governação: conceber um plano que está para além dos meios disponíveis... (Couto 2003, p.70).



Pobreza prevalece na maioria da população moçambicana

António Francisco

A resposta imediata à questão do título encontra-se no significado da própria sigla: Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP). Existe, todavia, uma resposta mais qualificada, ou seja, mais informativa e capaz de explicar o origem do PARP, seus méritos e deméritos, ou por exemplo, por que os PARPs/PAR (sob as siglas, ver mais adiante) se convertem no instrumento mais emblemático entre as políticas públicas do Estado Moçambicano.

Mais emblemático do que os instrumentos definidos na Constituição da República de Moçambique, como os principais meios de intervenção

estatal na economia e no desenvolvimento social: o Plano Económico e Social (PES) e o Programa Quinquenal (Assembleia da República 2004). Mais emblemático, também, do que os mecanismos usados pelas entidades doadoras externas, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), na monitoria do financiamento público que o Estado é incapaz de mobilizar da poupança interna. Este texto mostra a importância da distinção entre os dois tipos de objetivos associados ao PARP: verdadeiros objetivos – o mérito e razão de sua existência; e objetivos declarados – aqueles que apesar de explicitados no documento, servem de meio ou veículo para a realização dos verdadeiros objetivos

Origem e Antecedentes do PARP

O PARP é um instrumento de política pública da GDM. Inspira-se nos "Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza" (Poverty Reduction Strategy Papers - PRSPs), concebidos e adop-

tados pelo FMI e Banco Mundial (BM), em 1999, como "uma nova estratégia" para nortear sua assistência aos países de baixa renda" (Ames et al. 2002; IMF 2003, p.3).

Em Moçambique, o GDM

do Governo de Moçambique (GDM). O texto inspira-se num artigo sobre direitos de propriedade e o papel atribuído pelo PARP à propriedade, na criação de riqueza e redução da pobreza dos moçambicanos; um artigo que integra o novo livro Desafios para Moçambique 2012, a Conferência do ISEI, agendada para Setembro do corrente ano. Esta nota mostra a importância da distinção entre os dois tipos de objetivos, acima identificados, para o correcto entendimento dos méritos e deméritos do PARP. Identifica algumas lições e implicações, tanto analíticas e metodológicas, assim como aplicáveis às políticas públicas moçambicanas. Por fim, mais importante do que os detalhes partilhados no texto é a sua principal mensagem. Ler e usar o PARP pode tornar-se uma experiência intelectual, pessoal, frustrante e desorientadora, mas não é obrigatório que assim seja. A experiência mais positiva desta reflexão reside no esforço que exigiu, ao autor deste texto, em discernir e distanciar-se das críticas, igualmente fustas e incompletas, mas substancialmente diferentes da abordagem aqui apresentada. Críticas que insistem em apresentar o PARP com uma resposta aos "Problemas dos outros"; ou pior ainda, que a única alternativa ao actual intervencionismo público, alegadamente imposto a partir de Washington, é "novo estado intervencionista. Made

contexto dos PRSPs, o PARP é apenas um documento anexo. Em 1999/2000 surgiu o primeiro Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), previsto cobrir o período 2000-2004, mas acabou por vigorar apenas em 2000 (CM 1999; Diogo & Malaise 2006; IMF 2006; MFP 2000). O PARPA 2001-2005, também concebido por PARPA 1, como se o inicial período 2000-2004, mas acabou

por vigorar apenas em 2000 (CM 1999; Diogo & Malaise 2006; IMF 2006; MFP 2000). O PARPA 2001-2005, também concebido por PARPA 1, como se o inicial período 2000-2004, mas acabou



18

Canal de Moçambique | Quarta-Feira, 02 de Maio de 2012

Análise

Por que existe o PARP em Moçambique? – Parte 2/2ⁱ

"O PARP salva-nos do ESTADO FALHADO, mas não nos liberta do ESTADO FALIDO".

Que tipo de crescimento económico para Moçambique?

Assumindo, como afirmou recentemente Luísa Diogo (2012), que Moçambique vai ter um crescimento "escandalosamente robusto", nos próximos cinco, dez a vinte anos, uma questão se levanta: que tipo de crescimento será? Diogo adiantou que o grande desafio agora é garantir que o crescimento seja partilhado, mas para não variar do discurso oficial, ignorou que existem diferentes formas de se partilhar a riqueza. E quando assim acontece, é porque o tipo de partilha dos frutos do crescimento considerado, está para além do sector produtivo, ex-post e meramente assistencialista. Esta é a perspectiva do "crescimento inclusivo", usado no PARP, nos PRSPs e noutras políticas da GDM e seus parceiros internacionais. Leitura adicional: Brito et al. 2011; Ianchovichina & Lundstrom 2009; Kling & Schulz 2011; Sapir 2007)

"Os mecanismos da democracia tal como nós os aplicamos são claros: o país deve ser dirigido por cidadãos 'responsáveis', uma vanguarda - o que não deixa de lembrar o leninismo - os outros têm apenas de ficar sossegados".

Ao longo das três décadas passadas, a ajuda externa converteu-se no que pode ser considerado o principal "recursos renovável" da economia formal moçambicana. Um recurso que, por enquanto, continua muito mais competitivo e gerador de valor acrescentado para o Estado Moçambicano do que qualquer recurso natural presente em exploração no País.

O que de algum modo surpreende (mas, de facto, não devia), é ver os doadores a serem acusados, pelos críticos anti liberais, de fiéis defensores do liberalismo ou livre mercado, quando são eles que mais têm pago e financiado o monopólio do Estado Moçambicano sobre os recursos naturais.

António Francisco

Legitimação da Ajuda

Esta segunda parte retoma o último ponto, referido na primeira parte (ISEI, publicada na última edição do Canal de Moçambique), sobre o primeiro dos dois verdadeiros objetivos do PARP: mobilizar recursos financeiros externos, garantindo a estabilidade política e macro-económica da economia formal de Moçambique. Em geral, este objetivo vem sendo implementado com sucesso, através dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI, ou, no caso de Moçambique, dos chamados Programas de Estabilização Económica e Social (PESES), implementados nas décadas de 80 e 90. Por isso, o primeiro grande objetivo não seria, por si só, suficiente para justificar a subsistência dos PAE.

Segundo Grande Objetivo:



pelo ressuscitamento, ou mesmo cancelamento parcial ou total, de um conjunto de dívidas públicas, incluindo a de Moçambique. Neste contexto, é importante referir também a crítica e movimento internacional aos programas de ajustamento estrutural, e a favor do perdão da dívida, que acabou por convencer o FMI a reconhecer que o seu programa não

entrou a ter os resultados desejados ("The IMF's 'ESAP' is 'It's Working'") (IMF 1999). Se a questão das dívidas públicas se resumisse a uma operação contabilística, de ressuscitamento ou abateimento das dívidas, o FMI/BM não seriam os principais beneficiários dos recursos externos (Goldhough et al. 2004; IMF 2011b).

stígio de redução da pobreza, mas algo mais. A ajuda internacional massiva passou a ser justificada em termos da ideia que ela também promove a participação e "apropriação", ou seja, a expressão em inglês, por ser mais expressiva, ownership, por parte dos beneficiários dos recursos financeiros externos (Goldhough et al. 2004; IMF 2011b).

http://www.iese.ac.mz/lib/af/Porque_PARPExisteMocambique.pdf

Para que Serve o PARPA?

salva-nos do
ESTADO FALHADO
mas não nos liberta do
ESTADO FALIDO

606 Milhões de US\$
correspondem ao valor
do PIB da Zambézia em
2009 (~635 milhões); ou
seja, 19 doadores
contribuem tanto como
cerca de 4,3 milhões de
zambezianos.

Como é que nos salva?
Através da
esmola/ajuda



Ministro Cuereneia com o representante do G19
milhões de dólares norte-americanos para o apoio geral ao
Orçamento e ajuda sectorial em 2013. A entrega das cartas de
compromisso teve lugar ontem em Maputo, marcando o fim do
processo de revisão anual do desempenho do Governo de
Moçambique e dos parceiros em 2011.

Maputo, Terça-Feira, 5 de Junho de 2012:: Notícias

Ajuda para
2013:
Parceiros
prometem
606 milhões
de dólares

OS parceiros de
apoio programático
(G19)

comprometem-se a
desembolsar 606

O PARP Salva-nos do Estado Falhado...

Os PARPAs/PARP existem para proporcionar ao Governo recursos financeiros externos, doados pelos chamados parceiros internacionais. Há 30 anos que a estabilidade política e social depende significativamente da ESMOLA INTERNACIONAL. Uma esmola empacotada e camuflada por uma linguagem politicamente correcta: “países em desenvolvimento”; “Estados dependente”, etc.

Entretanto, a crescente possibilidade ou mesmo inevitabilidade de falência de países como Portugal, Grécia e outros países da Zona Euro veio expor e desmanchar o arranjo linguístico montado em torno da ajuda aos países “altamente endividados”.

... mas não nos livra do Estado Falhado!

“Pensar o Futuro de Moçambique”

1. Que tipo de crescimento económico para Moçambique?
2. Seremos capazes de transformar o actual Estado Falido num Estado viável e sustentável?
3. Estará a Frelimo à altura da sua iniciativa ao decidir rever a Constituição da República?
4. Que terapêutica para a 'ajudo-dependência'?
5. Moçambique é diferente? Desta vez será diferente?
6. Como dar sentido às nossas vidas nas próximas décadas?

Recursos Renováveis? Ajuda ainda é mais significativa do que Recursos Naturais

- Crescente euforia e expectativa na exploração dos recursos naturais.
- Para alguns esta é a oportunidade de nos livrarmos dos doadores. Resta saber se iremos ter possibilidade, na corrente década, de mobilizar receitas públicas para tal.
- É duvido que nos próximos dez anos o Estado Moçambicano se liberte daquilo da “ajudodependência”.
- Moçambique tornou-se um à toxicodependente da ajuda internacional. Esse será, talvez, o grande desafio nas duas próximas décadas.
- Por enquanto, a “ajuda internacional” ainda é o principal recurso “**renovável**” da economia moçambicana. Quando e como irá ser substituído por recursos internos, naturais ou eminentemente económicos? Ninguém sabe ao certo, neste momento.

Parte V

Implicações e Conclusões

Voltando à Questão Inicial

É POSSÍVEL ENVELHECER COM QUALIDADE DE VIDA NUM PAÍS FALIDO MAS NÃO FALHADO?

- Sim, mas apenas uma minoria. Aqueles que conseguem conseguir livrar-se da estagnação, da subsistência primitiva e precária; quem consegue poupar e acumular algumas reservas para fazer face aos riscos e ameaças à sua segurança humana. Esses colocam suas reservas e fundos financeiros em lugares seguros, geralmente países com estabilidade financeira, civil, legal e económica.
- Porém, se Moçambique não se tornar um país económica e financeiramente viável e sustentável, uma parte dos potenciais idosos morrerão prematuramente e a maioria envelhecerá miseravelmente.

Que Fundo de Pensão Universal para Idosos, considerando os escândalos do INSS?

A Imprensa nacional testemunhou e divulgou os recentes escândalos do INSS. Um fundo fora, diferente e bem longe do INSS é indispensável para se conquistar a confiança do cidadão num "Banco de Pensões" para idosos.

Tomás Vieira Mário diz que problemas do INSS não se resolvem com substituição de pessoas

Terça, 07 Agosto 2012 00:14 Redação **"Caso INSS" - Parte II**

9/06/2012

INSS pagou 1 milhão USD por uma casa que não existe

Alegadamente para o seu PCA.



Instrumentos de gestão do INSS devem ser revistos e autores responsabilizados

Terça, 14 Agosto 2012 00:02 André Manhice



Inocêncio Matavele

"Ecos dos escândalos financeiros do caso INSS".

SENHORA MINISTRA DO TRABALHO

Há muito que os contribuintes esperam ouvir o resultado do Inquérito ao INSS, algo que está sendo adiado apenas porque os escândalos são assustadores contudo, é preciso Senhora Ministra, ter coragem e mostrar serviço

Quadros do INSS continuam a delapidar fundos dos contribuintes

Quinta, 21 Junho 2012 00:00 Redação

Adelino Buque Um dos administradores do INSS em representação da CTA

CTA distancia-se da má gestão do INSS.



IESE
INSTITUTO DE
ESTUDOS
SOCIAIS E
ECONÓMICOS

Dinheiro não dá felicidade?

Mas paga aquilo que ela gasta

(Millôr Fernandes)

- Obviamente, não é com **120-150 MT (5 \$US) por pessoa/dia**; isto não é uma atribuição mínima, mas sim minúscula e miserável.
- Este tipo de atribuição fomenta mais do que combate a feitiçaria contra os idosos. Além disso, estraga a vida do idoso, porque não têm como ajudar seus familiares a compor e melhorar a vida das crianças, jovens e adultos.
- **Mais leis em defesa dos idosos? Sim, podem ajudar, mas não são suficientes.**
- O idoso precisa do mínimo de capacidade negocial para conquistar respeito e isto consegue-se com uma pensão com valor mínimo.

Conclusão: Presente e Futuro

Uma pensão universal para idosos é indispensável e pertinente, não apenas por razões humanitárias e caritativas, mas principalmente necessidade de reequilíbrio intergeracional entre a **INFÂNCIA e a VELHICE, o CRESCIMENTO e o ENVELHECIMENTO**. Uma pensão universal para idosos, numa **PERSPECTIVA ESTRUTURANTE** em vez de assistencialista, caritativa e humanista. Para tal, mais do que vontade política dos políticos, Governo e seus parceiros internacionais, é preciso rever a abordagem sobre o papel da protecção social no desenvolvimento económico e humano. É preciso sobretudo perceber a importância da dinâmica e da estrutura demográfica da população moçambicana, contribuindo para acelerar a **TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE**.

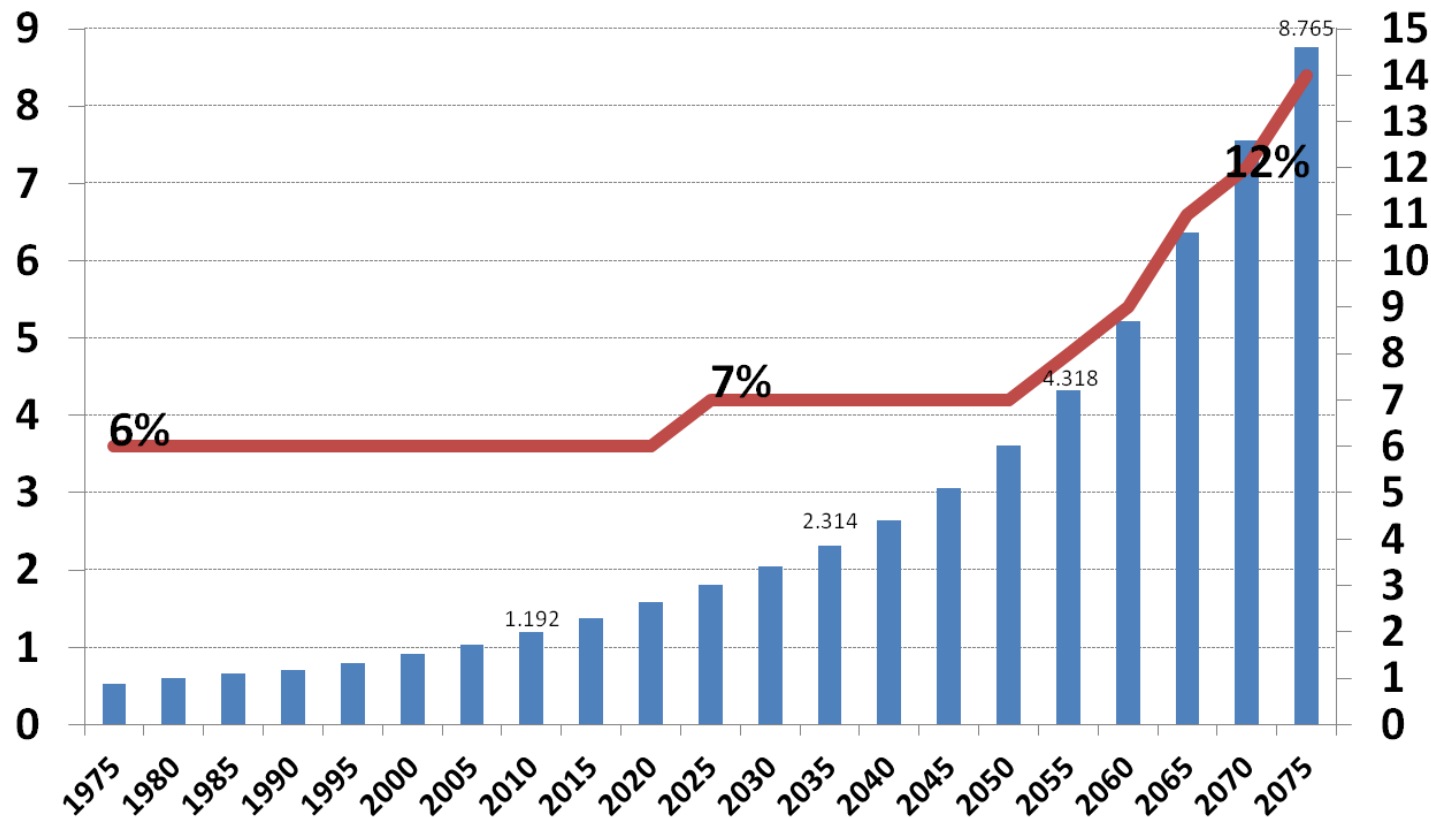
Se um Estado não é capaz de conceber uma política pública de PS que valorize, dignifique os 5% da sua população idosa, aqueles que sempre foram a população “vital” do sistema reprodutivo, das duas uma:

- (1) Não tem uma política consistente com o que declara, nomeadamente consistente com os direitos humanos universais e inclusivos;
- (2) Falta-lhe competência mínima de gestão técnica e entendimento da função dos recursos públicos.

Se não se é capaz de alocar 25% do salário mínimo nacional, que Estado é este? Os moçambicanos merecem um Estado destes? Ainda vamos a tempo! Mas o futuro não dá margem para dúvidas e adiamentos. Veja o gráfico seguinte.

Será Possível Enriquecer antes de Envelhecer? Como Garantir uma PS Digna antes de Envelhecer?

Taxa de Dependência da População Idosa Moçambicana 1975-2070



Principais Referências (1/3)

- Assembleia da República, 2007. *Lei nº 4/2007 de 7 de Fevereiro (Quadro Legal da Protecção Social)*, Available at: www.atneia.com.
- Bachelet, M. et al., 2011. *Piso de Protecção Social para uma globalização equitativa e inclusiva : relatório do grupo consultivo presidido por Michelle Bachelet, constituído pela OIT com a colaboração da OMS*, Genebra: International Labour Office (ILO).
- Barrientos, A., Niño-Zarazúa, M.A. & Maitrot, M., 2010. *Social Assistance in Developing Countries Database*, Manchester: Brooks World Poverty Institute, The University of Manchester.
- Birdsall, N., Kelley, A.C. & Sinding, S., 2001. *Population Matters*, Oxford University Press. Available at: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0199244073.001.0001/acprof-9780199244072> [Accessed February 20, 2012].
- Bongaarts, J., 2001. Dependency Burdens in the Developing World. In N. Birdsall, A. C. Kelley, & S. Sinding, eds. *Population Matters*. Oxford: Oxford University Press, pp. 55–64. Available at: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0199244073.001.0001/acprof-9780199244072-chapter-3>.
- Conselho de Ministros, 2002. *Política para a Pessoa Idosa e a Estratégia de sua Implementação. Boletim da República, I Série Nº 45, 12 de Novembro.*, Available at: http://www.mmas.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=168:politica-para-a-pessoa-idosa-e-a-estrategia-de-sua-implementacao&catid=98:politicas&Itemid=291.
- Cunha, N. & Orton, I., 2011. Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? *Cadernos IESE*, 5, p.43.
- DNEAP, 2010. *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional.*, Maputo: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). Available at: http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=61&Itemid=50&lang=pt.
- FDC & UNICEF, 2011. Budget Brief 2012: Social Welfare Sector. *Mozambique - UNICEF*.
- Francisco, A., 2012. Política Pública e Intervencionismo: Porque Existe o PARP em Moçambique? In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 259–294. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2010. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. de Brito et al., eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37–95. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2011a. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A., 2011b. Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente. In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 231–282. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A. & Sugahara, G.T.L., 2012a. Population Ageing in Mozambique: Achievement, Threat or Opportunity? Available at: [www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/IESE sem PS.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/IESE_sem_PS.pdf).

Principais Referências (2/3)

- Francisco, A. & Sugahara, G., 2012b. Por uma Pensão para Idosos (Alternativa) em Moçambique: Proactiva, Valorizadora, Inclusiva e Dignificante. In *III Conferência Internacional do IESE, 4-5 de Setembro*. Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional. Maputo. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A. & Sugahara, G.T.L., 2012c. Which Pension System for the Elderly in Mozambique? In *1st IAGG Africa Region Conference on Gerontology and Geriatrics*, 17 to 20 October 2012. Africa Ageing Beyond Madrid +10. Cape Town. Available at: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A. & Muhorro, S., 2011. Pauperização Rural em Moçambique na 1a Década do Século XXI. *IDeIAS*, Boletim Nº 34~, 8 de Abril. Available at: www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf.
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y., 2010. Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique. *Poverty in Focus: Long-Term Social Protection for Inclusive Growth*, 22(November), pp.10–12. Available at: www.ipc-undp.org
- Francisco, A. & Paulo, M., 2006. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*, Maputo: Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.
- Galor, O., 2011. *Unified Growth Theory* 1a ed., Princeton: Princeton University Press.
- Galor, O. & Weil, D.N., 1998. Population, Technology, and Growth: From the Malthusian Regime to the Demographic Transition and Beyond. *SSRN eLibrary*. Available at: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=227606 [Accessed October 5, 2011].
- GdM, 2009a. Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014.
- HelAge International, 2012. What and where? | About social pensions | Pension watch. *Pension Watch - Social Protection in Older Age*. Available at: <http://www.pension-watch.net/about-social-pensions/about-social-pensions/social-pensions-around-the-world/> [Accessed September 2, 2012].
- Heller, P., 2005. Fiscal Space: What It Is and How to Get It. *Finance and Development / F&D*, 42(2). Available at: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/06/basics.htm> [Accessed June 18, 2012].
- Holmqvist, G., 2010. *Fertility Impact of Social Transfers in Sub-Saharan Africa - What about pensions?*, The University of Manchester. Available at: www.manchester.ac.uk/bwpi [Accessed September 2, 2012].
- Holzmann, R. ed., 2009. *Social Protection and Labor at the World Bank 2000-2008*, Washington, DC: The World Bank. Available at: www.gsdr.org/go/display&type=Document&id=3814 [Accessed September 4, 2012].
- ILO & IMF, 2012. *Towards Effective and Fiscally Sustainable Social Protection Floors. Preliminary Draft 10 May 2012.*, Washington. Available at: <http://www.socialsecurityextension.org/gimi/gess/RessShowRessource.do?ressourceId=30810>.
- IMF, 2012. Republic of Mozambique: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding. *International Monetary Fund*. Available at: www.imf.org/external/country/MOZ/index.htm [Accessed June 20, 2012].

Principais Referências (3/3)

- INE, 2010a. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 – 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Available at: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/ [Accessed June 17, 2011].
- Jones, S. & Tarp, F., 2012. *Jobs and Welfare in Mozambique*, Copenhagen. Available at: <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/EXTWDRS/EXTNWDR2013/0,,contentMDK:23280417~pagePK:8261309~piPK:8258028~theSitePK:8258025,00.html> [Accessed October 10, 2012].
- Kakwani, N. & Subbarao, K., 2005. *Ageing and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions*, United Nations Development Programme, International Poverty Centre.
- Koch, R., 1999. *The 80/20 Principle: The Secret to Achieving More with Less* Reprint., Crown Business.
- Niño-Zarazúa, M.A. et al., 2010. Social protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom? Available at: <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/22422/> [Accessed August 31, 2012].
- Niño-Zarazúa, M.A., 2012. *UNU-WIDER: Social Protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom?*, Stockholm: UNU-WIDER. Available at: http://www.wider.unu.edu/events/research-presentations/seminars/en_GB/23-05-2012-Sweden/ [Accessed August 31, 2012].
- OCDE, 2005. Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Available at: <http://www.oecd.org/dac/aideffectiveness/38604403.pdf>.
- Oppenheimer, F., 1908. *The State: Its History and Development Viewed Sociologically*, Available at: <http://mises.org/document/4970/The-State-Its-History-and-Development-Viewed-Sociologically>.
- Oppenheimer, S., 2010. Journey of Mankind: The Peopling of the World. Available at: <http://www.bradshawfoundation.com/journey/> [Accessed September 3, 2012].
- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A., 2012. Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio. In L. de Brito et al., eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 295–331. Available at: www.iese.ac.mz.
- UN, 2011. World Population Prospects, the 2010 Revision. *United Nations (UN)*. Available at: <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp> [Accessed July 1, 2011].
- Wartonick, D., 2009. *Developing an Effective Pension System in Mozambique: A Review of the Pension Program in Mozambique*, Washington, D.C.: Nathan Associates Inc. for review by the United States Agency for International Development.
- World Bank, 2012. Social Protection & Labor - Social Protection & Labor Strategy 2012-2022. Available at: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALPROTECTION/0,,contentMDK:23043115~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:282637,00.html> [Accessed August 28, 2012].